

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ALBERGUE SANTA RITA DE CÁSSIA:

OS DESAFIOS DE UM TRABALHO PARTICIPATIVO

Aprovado Pelo DSS

Em 05/12/96

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
APRESENTADO AO DEPARTAMENTO DE
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDE-
RAL DE SANTA CATARINA PARA OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE ASSISTENTE SOCIAL PELA
ACADÊMICA:


Marly Venzon Tristão
Coord. do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

ILIZABETE MARIA MAÇANEIRO.

FLORIANÓPOLIS, DEZEMBRO DE 1996.

CRIANÇA É COISA SÉRIA

"A criança é o princípio sem fim, o fim da criança é o princípio do fim. Quando uma sociedade deixa matar as crianças é porque começou seu suicídio como sociedade. Quando não as ama é porque deixou de se reconhecer como humanidade.

A final, a criança é o que eu fui em mim e em meus filhos, enquanto eu e humanidade. Ela como princípio é promessa de tudo. É minha obra livre de mim.

Se não vejo na criança uma criança, é porque alguém a violentou antes e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhes foi tirado. Mas essa que vejo na rua sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida; essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto.

Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança é o princípio sem fim é o fim de todos nós".

HERBERT DE SOUZA (Betinho)

Dedico este trabalho a cinco pessoas muito importantes em minha vida:

- à minha mãe Nair, pela constante luta que teve para que eu conseguisse crescer em um lar, justo e principalmente porque acreditou em mim;

- Ao meu marido Roberto, por ter me apoiado, compreendido e por ser exemplo de pessoa na minha vida;

- Aos meus filhos, André, Daniel e Davi, que através de alegrias e conflitos vivenciados, permaneceu o carinho e o companheirismo.

AGRADECIMENTOS

- A Deus pela vida;
- A minha família, que contribuiu para que eu tornasse a pessoa que sou hoje;
- À professora Catarina, pela orientação, pelo apoio e dedicação a nós dispensada;
- Às Crianças, adolescentes e funcionários do Albergue Santa Rita de Cássia, razão de ser deste trabalho;
- Ao Albergue Santa Rita de Cássia - ASRC, pela oportunidade de realização de nosso estágio;
- E a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a minha formação profissional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
I - A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO BRASIL E EM FLORIANÓPOLIS	08
1.1. Breve histórico da questão da criança e do adolescente no Brasil.....	08
1.2. A realidade atual da criança e do adolescente.....	17
1.3. O Albergue Santa Rita de Cássia - ASRC	22
1.3.1. Origens, estrutura e funcionamento	22
1.3.2. A Busca de novos rumos	31
1.3.3. O ASRC como Albergue e Abrigo	34
1.3.4. Um processo de discussão e avaliação	40
II - A PARTICIPAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE QUALIDADE DE VIDA	
DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ALBERGUE	43
2.1. A Participação.....	43
2.2. A participação como um processo em construção dentro do Albergue.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
FONTES BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXOS	75

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso foi elaborado a partir da experiência que realizamos como estagiária do Serviço Social - no período de agosto de 1995 a julho de 1996 - no Albergue Santa Rita de Cássia - ASRC.

Aqui está o resultado de um processo de aprendizado e crescimento, que nos proporcionou conhecer um pouco mais da realidade das crianças e adolescentes abandonadas ou rejeitadas por sua famílias e pela sociedade, que têm neste local, um abrigo, um refúgio.

A partir de forte identificação com a causa e com as próprias crianças e adolescentes, buscamos, com eles e com todo conjunto do Albergue - coordenação e funcionários - formas de tornar esta instituição, primeiramente um local melhor na convivência entre as crianças, adolescentes e os funcionários, ao mesmo tempo, procuramos construir juntos, propostas de trabalho que garantam as estas crianças e adolescentes um projeto de vida consistente e duradouro.

O primeiro capítulo é subdividido em três itens. Nos dois primeiros itens fizemos um breve histórico da questão da criança e do adolescente no Brasil e apresentamos elementos desta problemática na atualidade. No terceiro item tratamos especificamente da instituição na qual realizamos o trabalho, resgatando suas origens, estrutura e funcionamento, bem como a evolução deste trabalho ao longo do tempo.

No segundo capítulo, ressaltamos a questão da participação, por entendermos ser este, um método para tornar esta instituição mais aberta e democrática, colaborando na construção de pessoas, sujeitas de sua própria história. Isto com relação tanto às cri-

anças e adolescentes atendidas pelo Albergue, como para a coordenação e os funcionários. É neste capítulo que relataremos a nossa prática dentro da instituição, e como o Serviço Social contribuiu para a construção de um processo participativo.

Finalmente trazemos algumas considerações a cerca da importância da continuidade e aprofundamento deste processo.

I - A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO BRASIL E EM FLORIANÓPOLIS

1.1. BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA QUESTÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL.

A questão da Criança e do Adolescente no Brasil, deve ser tratada, levando em conta nossas origens e formas de organização social. Com a chegada dos europeus ao Brasil, o país passou a conviver com um sistema que privilegiava os que possuíam bens e poder, escravizava os pobres e marginalizava os que não podiam ser usados na produção.

Desta forma não havia qualquer preocupação por parte do poder constituído em manter atendimento ou assistência à população pobre. Foi assim que durante todo o período colonial e ao longo do primeiro e segundo impérios, não tivemos no país instituição pública que atendesse a chamada infância desvalida.

A tarefa do atendimento social, historicamente, coube em primeiro lugar à Igreja. Já na Europa, era isto que acontecia. Desde os Jesuítas, que foram os primeiros religiosos que chegaram em nossas terras, até as diversas congregações religiosas Católicas e posteriormente, também Protestantes, houve sempre uma grande ação assistencial por parte destas instituições. Presentes em muitos lugares até hoje, foram as Santas Casas de Misericórdia, Irmandades, Congregações e Confrarias que formaram o conjunto de obras de benemerência com que, durante os quatro primeiros séculos de nossa evolução histórica, o Brasil enfrentou a chamada "questão do menor".

Um fato importante em toda questão social brasileira foi a promulgação da Lei do Ventre Livre e a abolição da Escravatura, que em termos de direitos provocou grandes mudanças. Legalmente, concedeu à grande parcela de nossa população direitos civis que

antes lhes eram negados, embora, social e especialmente na questão econômica, este fato não tenha trazido nenhuma melhoria para a população.

“Em 1888, dias após a abolição, Joaquim Nabuco pronunciou um profético discurso, no qual previa que, se não lhes fossem propiciadas ‘as condições de cidadania’, os ex-escravos e seus descendentes ‘certamente viveriam numa escravidão ainda pior do que aquela de que se libertaram - a escravidão da miséria’.” (Rivera, 1991: 15)

A situação de miséria e abandono em que se encontra grande parte de nossas crianças e adolescentes, hoje é reflexo da abolição de fachada que foi promulgada no Brasil. Uma abolição que na prática não melhorou em nada a vida dos escravos, e sim reorganizou o sistema produtivo e de emprego.

A grande maioria continua vítima dos poucos poderosos, detentores do meios indispensáveis para a sobrevivência e o exercício da cidadania: o acesso à terra, à educação, à profissionalização, à moradia digna, etc.

O início deste século (1900 a 1930) é marcado pelo início das lutas sociais, tendo como principais protagonistas os trabalhadores urbanos. Um exemplo disto foram as primeiras greves no país, ocorridas neste período.

Somente em 1922, foi criado, no Rio de Janeiro, o primeiro estabelecimento público de atendimento a menores. E é em 1927, que surge o primeiro Código de Menores, cujo autor foi Mello Mattos. Este foi o primeiro sistema público de atenção às crianças e adolescentes no Brasil.

Com a chamada “Revolução de 1930”, que marca a quebra do predomínio do setor agrário-exportador, surge um estado autoritário e corporativista.

Neste contexto, o “menor” era muitas vezes visto como ameaça social, e a ação do poder público tinha por objetivo corrigi-lo, reformá-lo, a fim de devolvê-lo ao convívio social, sem as características de perigo à sociedade, pelo contrário, tornando-o um cidadão pacato e respeitador da ordem, da lei, e bons costumes do país.

Com essa mentalidade correcional-repressiva primária, surge o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, do Ministério da Justiça, com resultados que a imprensa dos anos 50 chamava de "sucursal do inferno" e "escola do crime".

O regime militar de 1964 vai intervir na realidade das crianças e adolescentes. Em 1º de dezembro daquele ano, é publicada a lei 4.513, contendo as diretrizes e bases para uma Política Nacional de Bem-Estar do Menor - PNBEM.

Para a implementação e orientação da PNBEM, é criada a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor - FUNABEM, como órgão normativo, federal, e nos estados, os órgãos executores, geralmente sob denominação de Fundação Estadual de Bem Estar do Menor - FEBEM.

O enfoque correcional-repressivo, que via o menino como ameaça social é substituído pelo enfoque assistencialista, que passa a percebê-lo como um carente. Passa-se ao assistencialismo em que um profissional dirige-se

"... à criança e ao adolescente perguntando pelo que ele não é, pelo que ele não sabe, pelo que ele não tem, pelo que ele não é capaz. Daí que, comparado ao menino de classe média, tomado como um padrão de normalidade, o menor marginalizado passa a ser visto como carente bio-psico-sócio-cultural, ou seja um feixe de carência". (Costa apud Oliveira, 1989:13)

É importante salientarmos que apesar da mudança do enfoque correcional-repressivo, para o enfoque assistencialista, a filosofia permaneceu a mesma e o modelo correcional-repressivo de atendimento nunca foi na prática superado.

Na década de 70, a sociedade brasileira era marcada politicamente pela ditadura militar e o cerceamento da liberdade política e civil. A repressão, característica do regime militar, dilui-se somente com os primeiros passos para a abertura democrática já no final desta década.

Economicamente, o país passava por planos econômicos que apregoavam o "milagre" fundamentados em idéias desenvolvimentistas.

As mesmas idéias aplicadas pelos militares à toda sociedade, tendo em vista seu desenvolvimento "ordeiro" e controlado, foram transportadas para as instituições que abrigavam os "menores".

Desta forma a única política a dar atenção continuada e sistemática ao menor foi a política de segurança pública. Esta caracterizou-se por dar uma atenção que não se referia diretamente aos interesses dos "menores", mas sim falava em nome do "Bem Estar" e da "Ordem" da sociedade, a mesma sociedade que o marginalizava.

As políticas sociais caracterizavam-se pela manutenção e garantia do controle social. Assim as organizações governamentais e parte das não governamentais, caracterizavam-se pela busca de convergência entre estratégias de dominação do Estado e as estratégias de sobrevivência das camadas mais pauperizadas da população.

Entre 1974 e 1980, segundo dados do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas - IBASE, o Brasil apresentou crescimento econômico, porém, este crescimento não se estendeu à área social. Ocorreu também o aumento da dívida externa e o início do período recessivo - é o início da ação do Fundo Monetário Internacional - FMI, com suas "sugestões" sempre mais contundentes de diminuição do Estado, privatizações, menor aplicação de recursos no campo social, que devem ser reservados para o pagamento da Dívida Externa.

É claro neste período o crescimento da pobreza. Enquanto uns poucos vão sempre mais concentrando riquezas, a grande maioria da população vai ficando ainda mais pobre. Os altos índices inflacionários só beneficiavam os detentores do dinheiro, enquanto aos trabalhadores restava ver seu salário defasado dia-a-dia e o emprego desaparecendo.

Houve o crescimento do número de crianças e adolescentes em situação de abandono, e o sistema FUNABEM/FEBEM's encontrava-se agonizante. Eram constantes as fugas, os atos de repúdio por parte de crianças, adolescentes e educadores à estas

instituições, pois estes não toleravam o tratamento violento, dispensado aos que frequentavam estas instituições.

Aparece então, nas ruas dos centros urbanos um novo ator social, o chamado "menino de rua". A presença de meninos e meninas nas ruas, embora ainda fosse pequena, fazia com que, boa parte da sociedade se sintisse intimidada e reagisse, exigindo ações governamentais que viessem reprimir esta situação.

Ao encontro desta situação eram implantadas algumas políticas oficiais (governamentais) e ao mesmo tempo sempre existiram iniciativas de Organizações Não Governamentais - ONGs, de atendimento às crianças e adolescentes. Grande parte destas, eram iniciativas da Igreja Católica, que fez opção clara na América Latina pela defesa da vida, ou seja, dos direitos básicos de toda pessoa.

Diferente das ações governamentais, muitas ONGs desenvolvem suas ações a partir do respeito aos meninos e meninas, valorizando suas potencialidades e considerando-os sujeitos do processo educativo. Surgem assim muitas propostas alternativas de atendimento aos meninos e meninas de rua, já no início dos anos 80. Eram propostas de atendimento no campo pedagógico e político, referente^s aos direitos das crianças e adolescentes, enquanto que nas ações governamentais, prevaleciam a rotulação, a apreensão e o confinamento.

Evidenciada uma nova proposta político-pedagógica de atendimento à crianças e adolescentes, surge por parte da política oficial uma proposta de articulação e fortalecimento destas experiências alternativas, que foi denominada "O Projeto Alternativo Comunitário de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua", sob responsabilidade da Secretaria de Assistência Social - SAS, FUNABEM e UNICEF.

Este Projeto visava o apoio a novos enfoques no atendimento, assistindo as crianças e adolescentes, levando-os a construir uma vida produtiva dentro de seu próprio ambiente, fortalecendo seus laços com a família e a comunidade. Nesta proposta eram

viabilizados encontros entre educadores de diferentes locais do país oportunizando a troca de experiências e subsídios, com o objetivo de fortalecer as práticas educativas.

A partir destas ações e articulações, surge, em 1985, o Movimento de Meninos e Meninas de Rua e posteriormente é criado o Fórum Nacional Permanente das ONGs de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes - Fórum DCA.

Já em processo de abertura política, o Brasil sinalizava avanços no campo democrático, com o surgimento de movimentos sociais de caráter reivindicatório e de denúncias das violações aos direitos humanos. Na área da infância não é diferente, pois multiplicam-se as denúncias, as ações e as manifestações populares em torno da criança e do adolescente. Surgiram variados segmentos da sociedade para apontar injustiças e atrocidades cometidas contra crianças e adolescentes. As denúncias desnudavam a distância existente entre crianças e "menores" no Brasil.

Já na distinção que se fazia entre crianças e "menores" percebia-se a distinção, que se verificava nas condições de classe social e de poder econômico da população em questão.

Portanto, a denominação criança ou adolescente, era destinada aos filhos de famílias com condições econômicas estáveis e reconhecidos socialmente, e, "menor" era o filho do assalariado, da população com condições econômicas precárias. Portanto "menor" era um termo pejorativo, marginalizante.

"O termo menor, que já vinha desde a virada do século, sendo utilizado no sentido jurídico, para se referir a minoridade etária, entra para o vocabulário corrente e se torna categoria classificatória da infância pobre, marcando-a e diferenciando-a da infância dos demais segmentos sociais." (Revista Fórum DCA, Santos, 1993:11)

O diagnóstico da realidade dos meninos e meninas de rua apontava para mudanças emergentes nos aspectos referentes às práticas pedagógicas e a relação política destes com a sociedade e o rompimento com a perversa legislação existente: o Código de Menores.

A sociedade civil passa a mobilizar-se tendo em vista duas frentes de luta: uma que diz respeito as práticas pedagógicas, propondo novas relações entre educadores e crianças e adolescentes, partindo dos parâmetros educacionais de caráter libertador; outra que propõe a substituição da legislação vigente, o Código de Menores (com a integridade estigmatizante e de controle social), por outra legislação que atenda à população infanto-juvenil concebendo-a como sujeito de direitos.

Em meados da década de 80 há o fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais que marcaram presença no movimento pelas eleições diretas para presidente da república, as "Diretas Já" e intensa mobilização durante a Assembléia Nacional Constituinte, onde foram apresentadas propostas importantíssimas referentes às questões sociais.

Na área da infância e da juventude uma frente de organizações não governamentais, cria a emenda popular "Criança - Prioridade Nacional". Sendo que em 05 de outubro de 1988, uma grande vitória - a constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 227 afirma:

"É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

A Constituição de 1988, expressa a garantia jurídico-formal das liberdades e direitos dos cidadãos brasileiros, apontando uma nova ordem social que deverá ser consolidada através do reordenamento político institucional das competências, das esferas do governo federal, estadual, municipal e da participação da sociedade civil, assegurando a democratização do Estado. Esta participação refere-se à tomada de decisões e controle das ações em todos os níveis.

Regulamentando os Artigos 227 e 204 da Constituição Federal de 1988, em 1990 cria-se uma legislação em defesa, de proteção e desenvolvimento integral para a

criança e o adolescente, a lei Federal 8069/90, denominada O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Resultante de um amplo movimento que lutou e luta pelos direitos da população infanto-juvenil, a aprovação do ECA ultrapassa no campo simbólico, a regulamentação formal da Constituição Federal, pois aponta novas concepções e conteúdos a serem adotados frente a população infanto-juvenil. Concebendo crianças e adolescentes como "sujeitos de direitos", respeitando sua condição peculiar de desenvolvimento" garantindo-lhes "absoluta prioridade".

O ECA obriga o conjunto da política, da economia e da organização social a operar um reordenamento, a revisar prioridades políticas e de investimentos, a colocar em questão o modelo de desenvolvimento e respectivo projeto de sociedade. Historicamente este modelo apresenta-se excludente e perverso, pois desconhece, na prática, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Para viabilizar a democratização das relações Estado / Sociedade Civil, o ECA prevê no art. 88, a criação dos Conselhos de Direitos das crianças e adolescentes, em níveis federal, estadual e municipal, como órgão composto paritariamente por representantes do governo e da Sociedade Civil.

Os Conselhos têm um elemento importante que é seu caráter deliberativo sobre políticas e o controle das ações delas decorrentes. Desta forma, o ECA incorpora algumas das mais recentes discussões sobre gestão democrática da "coisa pública" e sobre a democracia participativa.

Ao dividir o poder deliberativo entre Estado e Sociedade Civil, o ECA, não apenas propõe democratizar as decisões, mas torna-as eficientes e eficazes pelo trabalho conjunto e catalisador de esforços pela efetiva garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. Os Conselhos reúnem em si, autoridade para desencadear amplo processo de participação e definição.

A construção da parceria entre Estado e Sociedade Civil deve conduzir à novas relações, mediadas por interesses públicos que viabilizem a negociação democrática de regras e parâmetros balizando a deliberação política. Sem a participação articulada e gestão transparente, quanto às prioridades, objetivos, metas e custos, as políticas são elaboradas pelo governo “para” a população. Sem a participação da sociedade civil não há publicização das políticas.

Mesmo encontrando entraves, os Conselhos de Direito, através do Estatuto da Criança e do Adolescente, caracterizam-se como uma ferramenta, uma arma de luta em favor das crianças e dos adolescentes.

Após apresentarmos uma contextualização da realidade da criança e do adolescentes no Brasil temos que dar ênfase às política públicas sociais, de onde a maioria da população é excluída do atendimento de suas necessidades básicas.

“As políticas sociais deveriam garantir a satisfação do cidadão em suas necessidades primordiais, um nível mínimo de condições de vida e dignidade para o indivíduo como pessoa e para a coletividade como um todo.

Contudo, por um problema estrutural faz-se necessário as políticas sociais compensatórias, pressupondo que certa parcela da população não tem acesso às políticas sociais básicas, que deveriam garantir a satisfação do cidadão em suas necessidades primordiais, um nível mínimo de condições de vida e dignidade para o indivíduo como pessoa e para a coletividade como um todo..” (Oliveira, 1993:23)

Dentro das políticas sociais compensatórias, ainda temos as políticas de proteção especial cujo destinatário são as crianças e adolescentes em situação de extremo risco pessoal ou social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece como diretrizes: a articulação das políticas básicas e das políticas assistenciais e a execução de programas e serviços de proteção especial.

Precisamos, hoje, de políticas que vão além do mínimo, enfrentando questões essenciais, como, as disparidades econômicas e a miséria da população, pois o direito da cidadania é ir além do mínimo.

Diante deste quadro histórico e da situação da lei e das políticas praticadas em nosso país, referente às crianças e adolescentes, daremos um passo a frente, caracterizando melhor a realidade, ou seja, a situação atual em que vive esta parcela tão importante da população.

1.2. A REALIDADE ATUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Dados relativos às crianças e adolescentes que estão nas ruas de Florianópolis, demonstram algumas faces da nossa sociedade, que sofre um sistemático processo de depreciação das políticas sociais públicas, onde a maioria da população é privada das suas necessidades básicas.

Uma pesquisa realizada pela equipe que trabalha com a Abordagem de Rua, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, no segundo semestre de 1995 e início de 1996 (anexo 1), nos dá um quadro demonstrativo da realidade da criança e do adolescente em Florianópolis.

Nesta pesquisa foram entrevistados 343 meninos e meninas que perambulam pelas ruas do centro de Florianópolis. Vejamos agora alguns dados apresentados por esse trabalho.

- 66% das crianças e adolescentes que estão nas ruas do centro de Florianópolis, moram em Florianópolis, 18% vem do município de São José, 3% são de Palhoça, 6% de Biguaçu. 7% não responderam;
- Das crianças e adolescentes que moram em Florianópolis, a maioria, 46%, vêm do bairro Monte Cristo, 18% da Vila Aparecida, 3% Caieira, 2% Serriinha, 2% Jardim Atlântico, 2% Costeira, 2% Capoeira, 2% Prainha, 2% Barra da Lagoa. Sendo que 20% vêm de outros bairros;

- As origens dessas crianças e adolescentes: 40% são da grande Florianópolis; 20% são da região serrana de nosso estado; 19% vêm do oeste catarinense; 4% do Vale do Itajaí; 2% do norte do estado e apenas 2% vêm de outros estados do sul do Brasil. De outros países é 1% de população entrevistada;
- Cerca de 47% não freqüentam o ensino regular; 38% freqüentam o ensino regular e os outros 15%, não estão em idade escolar;
- Mais da metade, 51% são pedintes; 20% vivem perambulando; 10% trabalham como engraxates; 10% como trabalham de vendedor; 5% são jornaleiros; 2% são catadores de papel e mais 2% distribuem folhetos nas ruas da cidade;
- Quanto à idade dessas crianças e adolescentes que estão nas ruas: 54% estão na faixa de 7 a 12 anos; 26%, na faixa de 12 a 16 anos; e 19% estão entre 0 a 6 anos;
- 66% são do sexo masculino, sendo 34% do sexo feminino;
- Com quem moram essas crianças e adolescentes? 41% responderam que moram com o pai e a mãe; 17% somente com a mãe; somente com o pai 2%, Albergados apenas 10% da população entrevistada e 28% não tem lugar para morar. 2% não quiseram responder.

Essas crianças e adolescentes são oriundas de famílias desestruturadas pelo desemprego, sub-emprego, ou quando muito, sobrevivem com rendas muito pequenas. Moram nas periferias, em locais sem qualquer condição de dignidade.

Em outras partes de nosso país, a situação não é muito diferente. Pelo contrário, verifica-se cada vez mais o agravamento da exploração e desrespeito com a infância e a juventude, especialmente no que se refere ao atendimento das necessidades básicas, à construção de seu futuro, à exploração da sexualidade e do trabalho infantil.

“Para não cairmos no lugar-comum de dizer que todas as portas se fecharam ao nosso pequeno subcidadão, é forçoso admitir que as portas de supermercado de trabalho (explorador, irregular e sub-remunerado) estão escancaradas para ele. Participar da estratégia de sobrevivência de suas famílias, respondendo as vezes com auxílio de seus irmãos, pelo peso total da responsabilidade, é destino compartilhado por um enorme número de meninos e meninas. Cerca de 400 mil famílias brasileiras subsistem unicamente do trabalho de menores. (Vários, Brasil criança urgente, 1989: 41)

Quanto a educação e a saúde, a situação não é diferente.

Mais de 40% das crianças que ingressam na rede pública de ensino não chegam à segunda série. Desistem logo no início ou são retidas indefinidamente da primeira série, quando não resvalam para os guetos escolares da pobreza

Um exame de sua saúde nos revelará um quadro de sérios comprometimentos. Sarnas na pele, piolhos na cabeça, dentes podres na boca, vermes na barriga e, de tudo mais grave, a sua capacidade intelectual apresenta-se freqüentemente já afetada pela não-ingestão de proteínas essenciais na primeira infância.

Se escapa da mortalidade infantil por diarreia e outras doenças evitáveis, formas de triagem que excluem do direito a vida aproximadamente 320 crianças por ano em nosso país, o pequeno subcidadão deverá enfrentar a subnutrição e a subestimulação, cujos efeitos serão sentidos de forma dramática na primeira série do 1º grau, no momento de apreender a ler, escrever e contar. (Vários, Brasil criança urgente, 1989: 41)

Não é preciso ser especialista para perceber que a sociedade brasileira está gravemente enferma. Os sintomas estão por toda parte e só não provocam ainda reações de pânico coletivos porque nem todos os mecanismos amortecedores foram destruídos.

O Brasil seria hoje uma nação muito diferente se a escravidão não existisse. Analogamente, em algumas décadas mais, estaremos mergulhados na barbárie, se persistir ou agravar a situação degradante em que vive grande parte da nossa infância e juventude.

De fato, todos os indicadores sociais das últimas décadas demonstraram, que o custo humano do modelo de nação implantados até aqui está sendo pago pelos mais vulneráveis de todos os brasileiros - nossas crianças e adolescentes.

A Constituição de 1988, criou um direito novo no Brasil: o Direito da criança e do adolescente, conforme vem expressado no artigo 227.

Assim, desde 5 de outubro de 1988, tudo aquilo que desatenda as necessidades básicas ou viole, por ação ou omissão, os direitos acima enunciados, é claramente inconstitucional.

Hoje *"a grande maioria das nossas crianças e adolescentes vive uma tragédia cotidiana de desatendimento das necessidades básicas e de negação dos direitos fundamentais. Nas grandes cidades essa tragédia já tem contornos de barbárie. As causas dessas tragédia não estão somente nas estruturas e condições sócio econômicas, nem deriva apenas da maldade ou inconsciência de uns, da incompetência de outros ou descaso de tantos. Sua origem se encontra também numa visão arcaica e por falta de uma visão humanista de pessoa em desenvolvimento, o que caracteriza a criança e o adolescente."* (Rivera, 1991:30)

Infelizmente, convivemos com uma visão e uma prática primitiva, que leva milhares de crianças e adolescentes às cadeias, aos internatos, delegacias, juizados da infância e juventude e pelos albergues e prisões internatos. Não se vislumbra proposta sócio-educativa consistente, que considere cada pessoa, com seu valor e dignidade que lhe são devidos.

Já somos conhecidos no exterior como "um povo de bárbaros, que extermina crianças.". Num país onde morreram em 1989 cerca de 400.000 crianças entre 0 e 5 anos por causas inevitáveis; numa nação que se diz cristã, calcula-se em meio milhão, o número de meninas entre 9 e 18 anos degradadas na prostituição, 7 milhões de crianças e adolescentes portadores de deficiências sem assistência, 15 milhões desnutridos, 9 milhões fora da escola, 7 milhões obrigados ao trabalho precoce, centenas jogados nas ruas feito lixo humano, à mercê de todos os tipos de violências, inclusive ao extermínio (Rivera, 1991:44).

A questão social não pode ser tratada como questão de polícia. É preciso vontade política. As classes dirigentes brasileiras têm graves responsabilidades pela miséria e violência no nosso país.

O Brasil é um dos países com as maiores contradições do mundo, pois se situa entre as dez maiores economias do planeta e no entanto se equívale às nações mais atrasadas quanto aos indicadores sociais.

Nossa distribuição de renda é no mínimo indecente. A distância entre os super-ricos e os pobres miseráveis é uma das maiores do mundo. Numa pesquisa realizada pela ONU, divulgada em meados de 1996, constam alguns dados que indicam uma pequena

melhoria em alguns pontos da questão social. Isto talvez porque pior do que estamos é inaceitável no mundo moderno.

No entanto, os dados referentes a distribuição de renda, ainda são terríveis, para a grande maioria da população. O Brasil permanece nas primeiras posições quando se trata de medir o grande abismo existente entre pobres e ricos.

A omissão dos poderes públicos e a falta de distribuição de renda caracteriza-se pela insuficiência das políticas sociais básicas, que deviam assegurar a todos educação, saúde, moradia digna, profissionalização, emprego e também pela inadequação das políticas assistenciais, para os mais vulneráveis e vitimizados ou violentados nos seus direitos civis, sociais ou humanos.

Esta violência criminal é ainda estimulada pela indiferença da sociedade como um todo, graças basicamente ao medo e ao desconhecimento da natureza essencial da destrutividade humana, produz-se então o "olhar armado" do cidadão comum sobre os meninos pobres, os quais são vistos como ameaça e incômodo, até pelo simples fato de estarem na rua. (Rivera, 1991:63)

A grande maioria das crianças e adolescentes é enquadrada no estigma de "menor" sem necessidade, muitas vezes por erro policial, omissão da justiça, ou dos governantes e mesmo dos cidadãos, pois são crianças carentes de assistência social, pedagógica e não são caso de polícia.

A maior parte dos meninos, efetivamente, não agridem a sociedade, mas a incomodam, pois escancaram e denunciam com seu modo de viver e ser, a própria ganância e egoísmo, predominantes nesta sociedade.

Eles sobrevivem realizando pequenos trabalhos, pedindo nas ruas, com pequenos furtos e até mesmo pela prostituição. Mas são caracterizados como "elementos" já destruídos e destrutivos, sendo discriminados, violentados e rejeitados - devido a sua aparência, cheiro, e hábitos, e com frequência a sua cor, pois a grande maioria é descendente de escravos.

É dentro deste triste quadro, que também se encontram as crianças e adolescentes atendidos em instituições como o Albergue Santa Rita de Cássia, que passaremos a ver daqui para frente.

1.3. O ALBERGUE SANTA RITA DE CÁSSIA - ASRC

1.3.1. ORIGENS, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Em 1927, é aprovado o primeiro Código de Menores. A rede pública de assistência se expande criando um conjunto de grandes internatos - locais onde as crianças e adolescentes eram mantidos em regime fechado, afastados de todo convívio social externo. Havia assim um controle exercido sobre as crianças, justificável porque este tipo de ação era considerado benéfica, tanto para a sociedade quanto para a criança, uma vez que esta deveria voltar para a sociedade "reparada" e "adaptada".

"A matriz do trabalho era baseada numa dupla perspectiva: proteger os internos do mundo hostil e, principalmente, proteger a sociedade da convivência com esses menores". (Cadernos de Ação nº 03 1993: 13)

A partir das críticas a este modelo de atendimento surge da parte governamental a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor - FUNABEM, em 1964, com a idéia de se estabelecer uma política nacional para o menor. Uma coordenação central que repassava recursos, discutia as diretrizes do atendimento e uma fiscalização sobre as unidades executoras.

Os primeiros anos da FUNABEM resultaram na expansão das estruturas burocráticas para a implementação do sistema nos estados. Neste contexto surge a Fundação Catarinense de Bem Estar do Menor - FUCABEM.

Mesmo dentro de novos princípios e novos discursos, a internação continuou sendo a medida mais usada para enfrentar o tão chamado “problema do menor”.

“As crianças internadas tinham seu nível de relação social e mobilidade muito reduzido, o que acabava favorecendo uma alienação em relação a vida extra-institucional. Além disso a massificação produzia a despersonalização e gerava uma auto-imagem comprometida, o que dificultava a compreensão das coisas mais comuns na vida cotidiana”. (Cadernos de Ação nº 03 1993: 14)

Neste tipo de tratamento, as crianças internadas não desenvolviam a auto-estima, e acima de tudo não desenvolviam a afetividade, ficando a sociabilidade e o desenvolvimento pessoal profundamente prejudicados.

Embora as forças conservadoras e autoritárias da década de 70, tenham se esforçado para manter as estruturas que sustentavam os modelos de instituição fechada do tipo assistência/repressivo, o movimento de mudança passou a exigir modificações deste sistema, tendo como idéia fundamental a abertura para a comunidade.

“Nos internatos, algumas “aberturas” para a comunidade vão se processando. Passam a se utilizar efetivamente os serviços da comunidade tais como: posto de saúde, escolas, ginásio de esporte, etc. Os horários ficam mais flexíveis podendo as crianças e os adolescentes visitarem seus pais e parentes.” (Cadernos de Ação nº 03 1993: 15)

A luta por direitos da criança e do adolescente, mais efetiva, surge no período da transição democrática do país. O que se queria era a transformação, superando a alternatividade e buscando formas de alteração efetiva dos internatos que impediavam o pleno desenvolvimento dos abandonados como pessoas e como cidadão de direitos.

No final da década de 80, houve muitas iniciativas com vistas ao trabalho de atendimento à criança e adolescentes na região de Florianópolis. A 6ª Delegacia de Polícia, especializada para Menores, a Casa da Liberdade e o Juizado da Infância e da Juventude e o seu Programa de Liberdade Assistida, eram algumas destas iniciativas governamentais para o trabalho com crianças e adolescentes.

Em nível não governamental também existiam várias ações sendo executadas:

- Pró-Menor; - Lar São Vicente de Paula; - Escola do Menor Trabalhador; - Programas Comunitários de Atendimento às Crianças e Adolescentes; o Movimento Nacional de Meninos de Rua e a Ação Social Arquidiocesana - ASA, que prestava assessoria à alguns Programas Comunitários e também desenvolvia o projeto de Educação de Rua.

Este trabalho de Educação de Rua, desenvolvido pela ASA, foi uma das fontes de reflexão e surgimento da idéia da necessidade de se criar um espaço próprio e diferente, para o atendimento das crianças e adolescentes de rua.

A proposta inicial não era de simplesmente criar algo novo, mas tinha-se a perspectiva de realizar articulações para fazer funcionar os programas e instituições já existentes. Mas isto foi muito difícil. Cada instituição tinha a sua verdade e o seu modo de trabalhar, além de já ter definida a sua clientela. E estes meninos e meninas que moravam nas ruas, naquele momento trabalhados pela Educação de Rua, estavam sobrando, pois não enquadravam-se em nenhuma instituição já existente.

Também os entendimentos diversos sobre a origem, situação dos meninos e formas de trabalhar uma realidade de exclusão tão cruel "a que exclui e estigmatiza desde a infância..." levaram a necessidade de se pensar em outras alternativas.

As crianças e adolescentes solicitavam um canto para dormir, tomar banho, ter endereço para emprego, ponto de referência, de amizade... uma família!

A Prefeitura, através da Casa da Liberdade, não quis aceitar os meninos de rua, pois estes iriam influenciar os seus meninos de comunidade, ali atendidos.

Houve a iniciativa, da parte da ASA, em manter uma Casa, no Morro da Mariquinha. Esta, funcionou por um tempo, abrigando adolescentes de rua. Para a execução deste trabalho havia um educador residente no local, o acompanhamento de uma Assistente Social e de um educador que trabalhava com iniciativas de geração de renda, junto

aos adolescentes, com vistas a contribuir na manutenção das despesas da casa e fortalecer o processo educativo. Funcionou cerca de um ano e esta iniciativa foi desativa.

Surge então, da parte da ASA, um projeto mais amplo, denominado "Projetão", pois neste se procurava contemplar as várias fases e necessidades do trabalho com as crianças e adolescentes de rua. Eram propostas três etapas:

1. *Abordagem de Rua*: continuação das atividades já desenvolvidas e preparação pela retaguarda a ser implementada a partir do Projetão;

2. *A Sede Móvel* - trabalhos desenvolvidos na própria rua. Atendimento aos diferentes grupos em seus espaços de permanência (repassadores, travestis, situação de prostituição, trabalhadores, perambulantes, de rua...), referência, primeiros socorros, geração de renda, trabalhos com artes e lazer, locomoção para o sítio Albergue;

3. *O Sítio Albergue* - Encaminhamento de crianças ou adolescentes em "circunstâncias difíceis" (desintoxicação, violência, ameaçados...); Serviria inicialmente como ponto de referência para os meninos que fazem da rua seu espaço de moradia. Estes, deveriam, antes de mais nada, ter sido acompanhados pelo grupo de educadores de rua. Constatada a impossibilidade, mesmo que momentânea, de retorno à família, teriam neste local alternativas de dormitórios, banho, refeições, descanso da vida indigna da rua, e para os que quisessem ficar haveriam possibilidades de geração de renda - horta, serigrafia, confecções de velas, artesanatos, criação de animais...

A proposta era de se estabelecer relacionamento de amizade, de defesa, educação e estímulo aos meninos que buscassem alternativas de vida que não na rua. Deviam se trabalhar sempre, na medida do possível e, em concordância com os meninos e meninas, alternativas de retorno à família.

A experiência acumulada neste tempo do trabalho de rua possibilitou a elaboração destas propostas, mas houve grandes barreiras para implementar tais proposições.

Até mesmo o trabalho de abordagem de rua, realizado pela ASA acabou em 1990. No entanto continuava aumentando o número de crianças de rua.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, com sua comissão local, tentou reiniciar o trabalho de rua. Em 1991/92 a Prefeitura Municipal contratou algumas pessoas (assistentes sociais, psicólogos e educadores), por tempo determinado, e também iniciou um trabalho de abordagem de rua. Este, foi logo interrompido, pois acabou o tempo de contrato das pessoas e estando no final do mandato da então administração, estes não foram recontratados.

Foi diante de um quadro de grandes necessidades e de muitas iniciativas, com vistas a encontrar soluções para as necessidades de muitas crianças e adolescentes de rua de Florianópolis, que surgiu o Albergue Santa Rita de Cássia - ASRC, em 1991.

Cabe lembrar que nesta época estava muito recente a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e se buscava adaptar as ações nesta área, conforme a nova lei.

Com o ECA, o atendimento em grandes instituições não possuía mais respaldo legal. A lei é clara e explícita: o atendimento deve ser realizado de forma personalizada, em pequenas unidades e pequenos grupos, privilegiando-se as ações descentralizadas e municipalizadas. Em regime aberto, utilizando os recursos da comunidade, com uma flexibilidade de horários para que as crianças e adolescentes possam visitar seus parentes e familiares.

A Fundação Vida - entidade não governamental, presidida pela primeira dama do Estado, responsável pela realização da Assistência Social, com recursos e participação da Secretaria de Estado da Justiça e Administração - toma a iniciativa de chamar os vários agentes já existentes no campo governamental e não governamental, com trabalho na área da criança e do adolescente, para discutir a proposta de criação do Albergue.

O projeto já estava pronto, e depois que foi apresentado, várias entidades, especialmente não governamentais, levantaram algumas questões relativas a forma com que se estava querendo implantar o Albergue, tais como: falta de discussão e integração com outros trabalhos já existentes, o despreparo dos funcionários, etc.

O que se verificou-se naquele momento é que não havia muita disposição em discutir mais profundamente a questão. Já estava tudo definido, e o Albergue iria ser criado sem levar-se em conta as questões levantadas, e as sugestões que poderiam ser apresentadas em um possível debate mais aprofundado.

Como resposta à falta de maiores discussões sobre o Albergue, várias entidades que trabalhavam com crianças e adolescentes da cidade lançaram uma carta aberta, contestando a forma como foi concebido o projeto do Albergue, bem como a forma que estava para ser implantado (anexo 2).

Apesar deste protesto, que não teve grande força e repercussão, a Fundação Vida cria o Albergue, como um de seus programas assistenciais, iniciando suas atividades em maio de 1991.

O Albergue Santa Rita de Cássia, tinha como objetivo geral, propiciar abrigo provisório ou temporário, às crianças e adolescentes de 07 a 15 anos, em situação de risco pessoal e/ou social, que perderam o vínculo familiar e/ou fizeram das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência, propiciando-lhes alimentação, higiene, atendimento de saúde, lazer e repouso.

Como objetivos específicos, foram definidos os seguintes itens:

- Oferecer segurança e proteção às crianças e adolescentes durante sua permanência no local;
- Atender as suas necessidades básicas;
- Propiciar cuidados e conceito de higiene e saúde;
- Orientar para o restabelecimento do vínculo familiar;
- Realizar palestras educativas;
- Oferecer alimentação adequada;
- Oferecer oportunidade de lazer;

- Orientar quanto ao mercado de trabalho existente.

A proposta inicial (anexo 3) possuía ideais interessantes, como o propósito de que o educador procurasse manter o vínculo com as crianças e adolescentes, estabelecendo um relacionamento de confiança e amizade; busca de conhecimento da real situação das crianças e adolescentes que ali chegassem, tanto na rua, como da sua família; o respeito aos limites de cada um, tanto crianças e adolescentes, como dos funcionários. Como já dissemos anteriormente, tais ideias estavam um pouco fora da realidade e, na prática, dificilmente seriam alcançados, devido as reais condições em que este trabalho era realizado.

Nos primeiros tempos de funcionamento, o Albergue Santa Rita de Cássia atendia prioritariamente a meninos e meninas de rua, como também crianças e adolescentes de 07 a 15 anos que haviam sofrido maus tratos, violência ou abandono.

Quanto à metodologia de atendimento, as crianças e adolescentes chegavam no Albergue encaminhados por Organizações Governamentais (OG): Prefeituras, Polícia Militar, Polícia Civil, S.O.S. - Criança, Juizado da Infância e da Juventude; por Organizações não Governamentais, ou por procura espontânea.

Na recepção eram coletados os dados das crianças e adolescentes, onde os mesmos eram informados sobre o funcionamento do Albergue.

A meta do Albergue era atender 57 crianças e adolescentes por dia, sendo 19 meninas e 38 meninos.

Infra-estrutura física: O Albergue está situado a Rua: Rui Barbosa nº 125 - Agrônômica - Florianópolis - SC, contendo: 02 dormitórios, sendo o de meninas com 19 leitos e o de meninos com 38 leitos; banheiros, sala de recreação, lavanderia, refeitório, cozinha, enfermaria, quartos de isolamentos para enfermos, sala de TV, recepção, sala do coordenador.

Recursos Humanos: havia uma equipe formada por um coordenador, uma enfermeira, um chefe de cozinha, quatro cozinheiras, dez educadores (nível médio), um assistente administrativo e dois vigias.

Envolvimento com a comunidade: A participação da comunidade era através do voluntariado que realizava atividades e participava nas datas comemorativas como: Natal, Dia da Criança, Páscoa, dia de Santa Rita de Cássia. Os empresários participaram na construção do Albergue e no pagamento de alguns funcionários.

O Albergue se articulava com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, o S.O.S. Criança, com um projeto mais antigo organizado também pela Fundação Vida que era o Casarão de integração adolescente/idoso, com o Juizado da Infância e Juventude, a Polícia Militar e a Polícia Civil - 6º DP, o Hospital Infantil, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, o Posto de Saúde do bairro, a Secretária de Estado da Administração, o Ministério Público e a Promotoria, o Hospital Universitário, o Centro Brasileiro Infância e Adolescência - CBIA e a Secretária de Estado da Saúde.

Em virtude das grandes dificuldades que se encontra ao trabalhar com esta realidade tão complexa das crianças e adolescentes abandonados e em situação de risco, e também por causa da forma com que foi criado e conduzido, o Albergue Santa Rita de Cássia sempre teve dificuldades em alcançar os objetivos propostos.

Estudando este assunto, Adriana Lucinda de Oliveira constatou que:

"... no início dos trabalhos da Fundação Vida, no Albergue, as crianças e adolescentes de rua, praticamente abandonaram a rua, pois existia uma novidade que os atraía (construção nova, televisão, vídeo, alimentação e dormitório)". (Oliveira, 1993: 34)

"Depois de mais ou menos dois meses iniciou-se a evasão das crianças e adolescentes do casarão e Albergue provavelmente devido a falta de instrumentalização por parte dos educadores para trabalhar com esses meninos(as)". (Oliveira, 1993: 34)

Além de não considerar as questões levantadas por outras entidades, um elemento importante ignorado na criação e funcionamento do Albergue, foi a real situação e anseios das próprias crianças e adolescentes.

"O problema surge quando se quer oferecer esse local de imediato, sem se perguntar se o grupo de educadores tem condições para isso, se está preparado e se a criançada está preparada para este passo. Se o que imaginam ser a necessidade deles é realmente um necessidade deles, e de que forma esperam concretizar este plano." (Bugarelli, 1987:15-16)

O Albergue sempre esteve envolvido com processos de violência contra as crianças e adolescentes: envolvimento de educadores com as adolescentes do Albergue, violência física denunciada pelas próprias crianças e adolescentes.

Exemplos disto acontecem até hoje. Em julho de 1996, foram afastados 2 funcionários educadores, que trabalhavam no Albergue desde o início de seu funcionamento, e que respondiam à vários processos no Juizado da Infância e da Juventude por violências tais como: jogar álcool nas crianças, passar álcool no ânus das crianças, entre outros atos bárbaros.

Desde a sua criação, freqüentemente ocorrem atos de violência entre as crianças e adolescentes como por exemplo: estupros, crianças indo "batalhar" (trazer dinheiro para os adolescentes maiores), prostituição, atos de vandalismo como um incêndio no casarão (maio-96), provocado pelos próprios adolescentes do Albergue, roubo de roupas de cama e até equipamentos da marcenaria, etc.

Outro problema sério vivenciado dentro desta instituição é que a maioria das crianças e adolescentes que aqui são atendidas é viciada em cigarro e em outros tipos de drogas, bem mais pesadas. No entanto, o Albergue não possui, até hoje, funcionários capacitados para trabalhar essas questões.

A respeito desta questão das drogas, houve uma decisão importante dentro de Albergue, em 1992. Passaria a atender somente crianças e adolescentes até 16 anos e

que não fossem usuários de drogas e nem infratores. É o que mostra Adriana L. de Oliveira:

"Frente à dificuldade, decidiram limitar o atendimento a crianças e adolescentes até 16 anos, que não fossem "drogaditos" e/ou infratores." (Oliveira, 1993: 35)

Também o Programa de Atendimento e Integração de Crianças e Adolescentes de Rua - PAICAR, da Prefeitura Municipal de Florianópolis

"... discutiu sobre essa decisão, argumentando que compreendia a situação, entretanto, questionava a inexistência de um trabalho educativo específico aos "drogaditos", infratores e maiores de 16 anos". (Oliveira, 1993: 35)

O Albergue nunca teve uma proposta pedagógica consistente, preparação dos funcionários para trabalhar com estas problemáticas. Sempre houve uma grande distância entre o que se pensava e falava e o que efetivamente se realizava no dia-a-dia da instituição. Muitas vezes esta não passou de um depósito, para que, comerciantes, turistas e todo o resto da população ficasse livre destes ditos "trombadinhas", que atrapalhavam os seus negócios ou seus passeios.

1.3.2. A BUSCA DE NOVOS RUMOS

Perante as inúmeras dificuldades e deficiências do trabalho que vinha sendo realizado no Albergue, no segundo semestre de 1992, o PAICAR propôs a articulação e reunião de várias entidades, na tentativa de construir encaminhamentos conjuntos para o atendimento dos meninos e meninas de rua de Florianópolis, sendo o ASRC, uma dessas entidades.

Um evento neste sentido, foi uma reunião que aconteceu no dia 16 de outubro de 1992, contando com a presença de representantes do juizado da infância e da juventude, Centro Piloto, Fundação Vida, Provincialado e Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Nesta reunião discutiu-se as diferentes iniciativas existentes na área do atendimento à crianças e adolescentes e as conseqüências dessa intervenção fragmentada.

Neste encontro foram levantadas as dificuldades encontradas especificamente no ASRC, as quais podemos citar:

- *“falta de capacitação para trabalhar questões como alcoolismo, sexualidade, drogas, linguagem, roubo, família;*
- *falta de identificação com o trabalho;*
- *falta de uma proposta teórico-metodológica;*
- *desarticulação entre vários trabalhos existentes;*
- *inexistência de articulação entre os trabalhos da educação com a vida cotidiana;*
- *Falta de técnicos no juizado no setor de liberdade assistida.”* (Oliveira, 1993: 36)

A partir dessa iniciativa aconteceu uma série de reuniões que culminou com a elaboração de um documento como proposta para o atendimento articulado às crianças e aos adolescentes marginalizados da grande Florianópolis.

“Com referência à proposta de atendimento elaborada, nada foi operacionalizado. No caso da Prefeitura vivíamos a paralisia característica de final de mandato e , ao mesmo tempo, a expectativa da gestão futura”. (Oliveira, 1993:37)

Atualmente o Albergue vive as mesmas angústias constatadas em 1992, pois ainda há falta de capacitação dos funcionários para trabalhar a questão do alcoolismo, sexualidade, drogas, linguagem, roubo, e família.

A Prefeitura contratou uma Assistente Social, em 1995, para trabalhar na área da família / adolescentes, mas isto também não resolveu muita coisa. Existe ainda por parte de alguns funcionários a não identificação com o trabalho desenvolvido.

Fazemos aqui, um pequeno “parênteses” para ressaltar que atualmente continua inexistindo a articulação entre as várias entidades que trabalham com a problemática da criança e do adolescente, bem como inexistente um trabalho de integração com a comunidade na qual o Albergue está inserido, perdendo assim muitas oportunidades de crescimento e fortalecimento das relações sociais para estas crianças e adolescentes.

A partir de março de 1993, já com a administração da Frente Popular, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) - e a Fundação Vida iniciam as reuniões de debates referente^s a municipalização do atendimento às crianças e adolescentes. Essas reuniões culminaram em um convênio (anexo 4) celebrado entre as instituições citadas.

O referido convênio refere-se a manutenção dos trabalhos realizados pela Fundação Vida. O SOS Criança, o Albergue Santa Rita de Cássia e o Casarão de integração Criança/Adolescentes/Idoso - em parceria, os convenientes manteriam estes trabalhos, durante quatro meses. Acabado esse prazo, caberia a prefeitura Municipal de Florianópolis desenvolver os programas citados, ficando garantida a estrutura física por parte do Estado, durante o prazo de cinco anos, que poderia ser prorrogado, caso houvesse interesse das partes. Sendo assim, a nova equipe da PMF, juntou-se aos educadores que já trabalhavam na Fundação Vida, a fim de continuar os trabalhos.

Atualmente o Albergue tem como Instituição e Entidades responsáveis: Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF, a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, em parceria com Associação Florianopolitana de Voluntários - AFLOV.

Tendo em vista a municipalização dos projetos do casarão, Albergue e S.O.S. criança, fez-se necessária a realização do cadastro de pessoal (funcionários), utilizando-se a abordagem individualizada e a entrevista com um questionário, como instrumento para posterior elaboração do parecer da seleção.

Esta seleção teve como objetivo a contratação imediata de funcionários para a viabilização dos referidos projetos.

Com base nas entrevistas, constatou-se que esses funcionários não possuíam formação específica para trabalhar com essa clientela, no início dos projetos. A relativa capacitação agora existente foi ocorrendo a partir da vivência cotidiana nesta área, da prática.

Nos anos de 1995 e 1996, a Prefeitura Municipal de Florianópolis contratou, através de concursos, 10 educadores de nível médio (2º grau) e com no mínimo um ano de experiência no trabalho com crianças e adolescentes, uma assistente social e um auxiliar de serviços gerais.

Alguns funcionários contratados pela AFLOV foram demitidos, e substituídos pelos concursados, ficando somente um educador contratado pelo Estado e dois educadores da AFLOV.

Este quadro de funcionários, agora contratados de forma efetiva, dá maior condição de se realizar um processo continuado de atendimento e crescimento na qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

1.3.3. O ASRC COMO ALBERGUE E COMO ABRIGO

O Albergue é um lugar que também oferece proteção. É um espaço que, na maioria das vezes, destina-se à crianças, adolescentes e adultos, os quais podem pernoitar, tomar banho e se alimentar.

Diz-se que a diferença principal entre o Abrigo e o Albergue, está no fato de o abrigo ter uma definição legal, em que o dirigente é equiparado ao guardião, ou seja, aquele que tem o dever de cuidar, assistir e educar a criança e/ou adolescente (art. 92, parágrafo único, ECA).

Programas de Albergue em geral são oferecidos às crianças e adolescentes de rua, com vista a inscrevê-los, posteriormente, em outros programas de proteção.

Dentro do Albergue as crianças e adolescentes devem estar acompanhadas de suas famílias ou responsáveis, os quais respondem legalmente pela sua guarda. Porém se essas crianças e adolescentes estão desacompanhadas, o Albergue deve responsabi-

zar-se por elas como verdadeiros guardiões dos seus direitos, dando a elas um lugar digno, humanizado.

O Projeto Albergue Santa Rita de Cássia passou por um processo de reavaliação. Inicialmente projetado para ser um Albergue, funciona atualmente também como "Abrigo". Esta situação que apontou a necessidade de sua reforma para atender efetivamente as crianças e adolescentes, aos quais presta assistência imediata e temporária. (anexo 5)

O abrigo é uma forma de atendimento permanente à crianças e adolescentes. Foi pensado para acabar com os prisioneiros sociais, ou seja, com o que ocorria no atendimento de internatos e outras instituições fechadas, que mantinham crianças privadas de liberdade por não estarem conforme o que a sociedade desejava, e pelo contrário, com sua situação de abandono e pobreza, questionavam a própria sociedade.

Uma criança ou jovem em estado de abandono precisa de proteção e apoio, na medida em que não pode ser responsabilizado pela situação em que se encontra. Tem direito a uma família, a um espaço próprio onde morar e de participar da vida comunitária.

O abrigo é uma medida para atender crianças e jovens desprovidos e em estado de abandono social, não implicando em privação da liberdade.

"O contingente de abrigados é constituído por crianças/adolescentes órfãos, abandonados, crianças vítimas de maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, falta de condições básicas dos pais para suprir a subsistência, deficiências físicas ou mentais e, inclusive, crianças que eventualmente tenham cometido infração para as quais sejam indicados outra medida de proteção. Também estarão nos abrigos crianças e adolescentes com vivência de rua para quais, em determinado momento, o retorno á família biológica se mostre difícil e inviável." (Cadernos de Ação nº 03, 1993: 20)

Segundo o artigo 92, do Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- *"preservação de vínculos familiares;*
- *integração em famílias substitutas, quando esgotados todas as possibilidades de manutenção na família de origem.*
- *atendimento personalizado e em pequenos grupos;*
- *desenvolvimento de atividades em regime de co-educação.*

- *não desmembramento de grupos de irmãos;*
- *evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;*
- *participação na vida comunitária local;*
- *preparação gradativa para desligamento;*
- *participação de pessoas da comunidade no processo educativo.”*

E no parágrafo único deste artigo afirma-se que o dirigente de entidade de abrigo deve ser o guardião, para todos os efeitos de direito.

Observa-se que hoje não há um envolvimento da comunidade, conforme pede o ECA. As crianças e adolescentes devem participar da vida da comunidade, como também, tem que haver a participação da comunidade na vida do abrigo, até mesmo participando do processo educativo.

O ASRC permanece isolado do bairro onde está instalado. Embora existam algumas iniciativas por parte da Associação de Moradores, em chamar o Albergue para participar de algumas de suas atividades, a recíproca não existe. Não existe qualquer iniciativa, por parte do Albergue em chamar a comunidade e integrá-la em sua vida.

Entre as medidas de proteção contempladas pelo ECA, que devem ser executadas nos Abrigos, podemos destacar:

- *“encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;*
- *orientação, apoio e acompanhamento temporários;*
- *matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento de ensino fundamental.*
- *inclusão em programas comunitários ou oficial de auxílio á família, á criança e o adolescente;*
- *requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;*
- *inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento de alcoólatras e toxicômanos.”*

Elementos fundamentais neste trabalho de proteção que devem ser considerados na aplicação das medidas, são os vínculos familiares e comunitários.

Um exemplo do caráter de Abrigo do ASRC, é a presença de duas funcionárias que devem encaminhar as crianças e adolescentes para o trabalho e para a escola de en-

sino fundamental. No entanto esta ação é quase insignificante, pois existem hoje somente dois adolescentes estudando e alguns poucos e de vez em quando desenvolvem trabalhos na marcenaria ou prestando serviços à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

O ASCR possui hoje um número de crianças que ali moram há mais de três anos, em caráter de Abrigo e não de Albergue.

São feitos os encaminhamentos para famílias e casas lares, mas a maioria das crianças e adolescentes não consegue se adaptar e volta novamente para o ASRC.

Sendo este um fato já consumado, verifica-se a importância da reformulação do Albergue Santa Rita de Cássia, para Albergue/Abrigo. Não havendo uma definição clara do caráter desta instituição, ocorrem diversos problemas. O Conselho Tutelar exige que as crianças e adolescentes do ASRC sejam encaminhados para outras instituições de proteção permanente. Mas como já vimos acima, a grande maioria volta para o ASRC.

Como muitas crianças e adolescentes estavam ficando muito tempo na instituição, foram surgindo outras atividades de acompanhamento e proteção, tais como a matrícula em escolas, encaminhamento para empregos e estágios, realização de cursos profissionalizantes, entre outros. Mas todas estas atividades, quando começam a dar algum resultado, são prejudicadas pelo fato de as crianças terem que ser encaminhadas para outras instituições, conforme exigências legais, pois ali não é oficialmente um abrigo. É a descontinuidade do processo.

"Mantendo o Albergue em regime aberto, a freqüência destes meninos (as) é muito oscilante e, conseqüentemente, a maioria dos processos educativos iniciados sofrem descontinuidade. Além, destas variantes, deparamo-nos com um corpo funcional pouco preparado, com referência próprias de educação e interpretação subjetiva sobre as políticas de atendimento a clientela." (Projeto Albergue Santa Rita de Cássia, 1994: 04)

A equipe tem buscado ajuda, alternativas para continuar dando uma esperança de um projeto de vida a essas crianças e adolescentes.

Um exemplo claro hoje é o encaminhamento de alguns adolescentes para fazendas de recuperações a dependentes de Álcool e drogas e o envolvimento maior do Grupo de Estudo dos Problemas das Drogas da UFSC, que vem fazendo reuniões diárias no Albergue e mantém sempre uma pessoa que faz um acompanhamento no período da tarde dentro do Albergue, junto com as crianças e os adolescentes.

Para isso será preciso formular uma política de atendimento único, de encaminhamento dessas crianças e adolescentes para escola, trabalho, fornecendo segurança num trabalho conjunto, não jogando de instituição para instituição, reforçando a dependência no que diz respeito ao assistencialismo.

Segundo o Caderno de Ação, nº 03, (1993:24)

"...quando as crianças e adolescentes egressam devemos promover uma recepção digna e afetiva aos que chegam; manter programas de apoio e acompanhamento às crianças e adolescentes que egressam no abrigo."

Hoje há uma hostilidade muito grande, por parte de alguns funcionários, no que se refere ao retorno dessas crianças e adolescentes para o Albergue. O fato de as crianças e adolescentes, irem e voltarem para o Albergue dificulta qualquer trabalho sistemático e continuado. Isto faz com que os funcionários sintam-se desmotivados no acompanhamento à escola, trabalho, e outras atividades, pois vêem seu trabalho interrompido. É bastante esforço que não tem muito retorno.

Os funcionários acabam sentindo-se frustrados, não se realizando profissionalmente, por isso o ASRC deve manter uma equipe para fazer avaliações e dar suporte a esses funcionários, para que através de análises se possa perceber que a culpa não está na criança ou adolescente e sim em toda a conjuntura social e até mesmo nos próprios funcionários.

Embora já assumindo algumas características de Abrigo, o ASRC tem sérias limitações para que possa realmente ser considerado um Abrigo conforme prevê o ECA.

“O abrigo é um lugar que oferece proteção, uma alternativa de moradia provisória dentro de um clima residencial, com atendimento personalizado em pequenas unidades, para pequenos grupos de crianças. Este é um programa que se caracteriza por propiciar às crianças adolescentes, a oportunidade de participar na vida da comunidade, através da utilização de recursos como escolas, áreas de lazer, centros médicos e quadras esportivas, etc”. (Cadernos de Ação nº 03 - Trabalhando Abrigos, 1993:22)

Segundo as leis que regem o Abrigo, no que se refere a infra-estrutura, nele é preciso garantir o atendimento em pequenas unidades e oferecer instalações físicas em condições de higiene, salubridade e segurança.

Diferente do que diz a lei, o ASRC funciona com 1 dormitório masculino com 38 leitos, e um dormitório feminino, com 19 leitos. Não há também guarda roupas e qualquer privacidade. Há pouca segurança, pois todos dormem no mesmo quarto.

Quando chega uma criança ou adolescente novo, os outros que já estão ali não sabem de onde os novatos vêm, quem são que atitudes poderão ter. Também há mistura de diferentes idades. Ficam juntas desde crianças de 07 anos até adolescentes de 17 anos. Isto facilita a dominação dos maiores sobre os menores.

Há sempre reclamação de roubo entre os próprios adolescentes, e até mesmo casos de se raspar as sobrancelhas dos outros enquanto estão dormindo.

Estes fatos demonstram que o ASRC, tem iniciativas na linha de Abrigo, mas sua estrutura física não está adequada para tal caráter, o que dificulta muito o trabalho.

Esta confusão inviabiliza praticamente todas as iniciativas de melhoria do atendimento prestado pela instituição, pois não se define claramente a finalidade primeira de suas ações. A coordenação encaminha todos os trabalhos, tanto de Albergue como de Abrigo, sem distinção. Alguns funcionários buscam ações mais continuadas, de acompanhamento, de educação, e outros já encaram tudo como um simples Albergue, onde o mais importante é manter a ordem e a disciplina, no tempo em que as crianças e adolescentes ali estão.

1.3.4. UM PROCESSO DE DISCUSSÃO E AVALIAÇÃO

A equipe de trabalho do ASRC está passando por um processo de discussão e análise. Esse processo resultou em um projeto de Formação dos Educadores do Albergue Santa Rita de Cássia (anexo 6), via o Núcleo Movimentos Sociais e Universidade - MOVER da Universidade Federal de Santa Catarina, assessorado pela coordenadora do núcleo, a Professora Maristela Fantin, por Carlos José Naujorks - Mestrando em Sociologia Política e Maria de Fátima Pessoa Lepekson - Mestranda em Educação.

O trabalho com uma clientela tão problemática, como a de crianças e adolescentes abandonados exige uma revisão de valores, opiniões, padrões por parte dos educadores, gerando uma série de conflitos, contradições, mudanças.

Para isso, o projeto de Formação tem como objetivo geral:

Levantar elementos para a construção de uma proposta pedagógica comprometida com a realidade da criança e adolescente de rua que irá nortear o Atendimento no Albergue.

E como objetivos específicos:

- Realizar análise de conjuntura de forma a desenvolver uma proposta contextualizada do Albergue;
- Levantar e buscar alternativas para a superação de conflitos decorrentes da prática cotidiana;
- Contribuir no processo de formação dos funcionários do Albergue de forma a capacitá-los e motivá-los no trabalho de atendimento direto;
- Possibilitar uma relação democrática e construtiva entre educadores e educandos.
- Instrumentalizar educadores e educandos para que tomem consciência e se comprometam com o seu papel no processo de construção e operacionalização da proposta pedagógica do Albergue.
- Contribuir com a proposta do Albergue quanto ao redimensionamento e construção de um espaço Alternativo, educativo e prazeroso.

Esse processo ainda está em construção, será vivido por cada educador individualmente, sendo que aos poucos a equipe deverá formar uma linha única de pensamen-

to, construindo uma nova visão de mundo e de sociedade, isenta de muitos preconceitos e tabus impostos pela sociedade.

A resolução de casos individuais é incorporada pelo direcionamento do trabalho, falta de identificação com as classes populares. Pois para construir uma proposta transformadora do modo de agir e pensar das pessoas é preciso ter sensibilidade e apreensão do conhecimento da realidade para saber o caminho a trilhar, sem ingenuidades, falso moralismo, preconceitos e afirmações da exclusão social.

Embora tente "recuperar", as crianças e adolescentes acabam excluídos cada vez mais, fortalecendo o uso de drogas, violência, promiscuidade e principalmente falta de esperança.

O discurso conservador e autoritário está presente no cotidiano da instituição, espaço em que não se pára para refletir e contextualizar a problemática com que se trabalha, não definindo em grupo, objetivos, metas e filosofia de trabalho.

O descompasso se manifesta a todo instante, chegando ao ponto de querer caracterizar e impor o espaço institucional, não permitindo que seja trabalhado a afetividade e a busca de atrativos para que as crianças queiram permanecer no local.

Segundo Violante (s.d.:02)

"Podemos afirmar, de um lado, que a criança e o jovem marginalizados, trazem as características próprias de seu estágio de desenvolvimento psicológico - psicomotor, cognitivo, afetivo e social. No entanto, desrespeitando a sua fase de desenvolvimento, a sociedade espera deles um comportamento adulto - "docilidade", ponderação, humildade, capacidade de tolerar frustrações e adiar gratificações. Caso contrário comportamentos típicos infantis e juvenis, como por exemplo o imediatismo, a agressividade, a contestação da autoridade, são tomados como indicadores de suposta "alma marginal".

Essas crianças e adolescentes encontram-se marcados por desvantagens, que decorrem em primeiro lugar, de sua origem social. Podemos observar que essas crianças e adolescentes apesar de saberem desenvolver estratégias de sobrevivência e conheci-

mentos que são ignorados pela maioria das outras crianças, são crianças que trabalham e vivem nas ruas, mas podem necessitar ainda de puxar seus paninhos e chupar os dedos muitas vezes suas chupetas.

Pois observamos várias adolescentes chupando chupeta ou os dedos para dormir. Conforme depoimentos das adolescentes diziam: "quando nós estávamos na rua, ficávamos chupando chupeta".

O ambiente da instituição é doentio e impessoal, as pessoas se relacionam mal, as crianças se desrespeitam e se agredem mutualmente, é um ritmo frenético e contagiante de forma negativa, onde todos desaprendem e se confundem.

Esta nova construção, a partir desta proposta que deverá surgir das reflexões coordenadas pelo núcleo MOVER, dependerá de uma relação amorosa e responsável entre educadores e educandos trabalhando a afetividade, os compromissos e os limites, substituindo os valores negativos e construindo uma relação de confiança. Humanizando o Albergue, construindo um espaço melhor para todos viverem.

Despertar a motivação dessas crianças e adolescentes para continuar vivendo, abandonar as drogas e encarar a vida de frente é o grande desafio.

Pois segundo o depoimento da adolescente M: "- preciso acreditar e nascer para a vida novamente, ter motivos para respeitar os outros e a mim própria."

Compreendemos que a dimensão e a reflexão dialética do cotidiano vivido e contextualizado pode resgatar o sentimento de pertencer a um grupo e avançar em conquista e vitórias não só individuais como grupais e coletivas.

Estas questões podem ser trabalhadas no espaço em que as crianças e adolescentes permanecem, contando para tanto com uma proposta construída pela equipe de trabalho e filosofia que aprume o modo de pensar e agir dos educadores, construindo uma relação de confiança, identidade, respeito e amor.

II - A PARTICIPAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE QUALIDADE DE VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO ALBERGUE

Como constatamos no capítulo primeiro, o Albergue Santa Rita de Cássia é uma instituição que ampliou sua finalidade inicial, de ser apenas um albergue, um alojamento, para tornar-se também um local de moradia para diversas crianças e adolescentes.

Este fato gerou uma nova situação de convivência do Albergue. Não é possível manter-se apenas o relacionamento superficial e passageiro a que se propunha inicialmente, mas faz-se necessário ampliar também a forma de atendimento e convivência dentro do Albergue. Estas crianças e adolescentes estão presentes no cotidiano da instituição e precisam ser consideradas parte permanente do Albergue, e não apenas objeto ou clientela passageira.

Sendo assim, além da coordenação e dos funcionários, também as crianças e adolescentes fazem parte deste grupo de convívio social.

Partindo destes pressupostos é que dedicamos a parte central de nosso estudo a um fator fundamental para a consolidação e desenvolvimento da pessoa humana e seu convívio social: a PARTICIPAÇÃO.

2.1. A PARTICIPAÇÃO

Consideramos a participação, um método, um mecanismo capaz de fazer com que as relações sociais sejam permanentemente melhoradas e qualificadas. Com isso,

toda pessoa envolvida nessas relações terá também sua vida melhorada e qualificada. É somente através das relações sociais, dos serviços mútuos, do diálogo e da participação, que o ser humano se desenvolve e aperfeiçoa as suas possibilidades e potencialidades.

"Tendo presente que o homem nasce completo biologicamente, mas inacabado social e culturalmente, surge a necessidade da participação, para aperfeiçoar a sua evolução num contínuo processo de maturidade". (Boing, 1992: 31)

Uma pessoa não pode ser ela totalmente, sem participar do processo de transformação da sociedade ou do ambiente em que vive, para isso é necessário desenvolver em cada um o desejo de assumir responsabilidades no local aonde vive.

Segundo HOPENHAYN, "a decisão em participar supõe a necessidade de se ter um maior controle sobre a própria vida, um maior acesso aos serviços, uma maior integração aos processos e desenvolvimento da auto-estima". (apud Boing, 1992: 31)

A participação leva à superação da condição da pessoa ser objeto de decisões, para tornar-se sujeito ativo, que participa, que opina e contribui nas decisões. Este processo ajuda diretamente para o reforço da auto-estima e a auto-determinação. Ajuda também na construção de pessoas realizadoras, que assumem e fazem a sua própria história.

Toda pessoa participa de grupos de convivência, desde o grupo mais primário, a família.

Sabe-se muito bem que o "homem não está solto no espaço, ele precisa sentir que pertence aos grupos aos quais participa, ele tem que se sentir como "parte de". Estas necessidades não estão situadas apenas na idade infantil. Durante toda a vida as pessoas procuram se identificar com as outras que tenham interesses comuns, buscando sempre se ligar afetivamente a grupos que possam dar segurança, estabilidade e coragem para correr novos riscos". (Torres, s.d.: 12)

Existem algumas necessidades que o ser humano só poderá satisfazer se estiver dentro dos grupos. O que torna humano o indivíduo é o processo de relação social. Além das necessidades biológicas, as pessoas precisam identificar-se, pertencer, relacionar-se e ter referências sociais.

Conclui-se que o grupo deve transmitir segurança, estabilidade para que o indivíduo possa sentir-se importante no processo de construção da sua vida, dentro do grupo ao qual está incluído.

A participação é condição básica, da necessidade humana, para que o homem possa realizar-se integralmente, porém as pessoas não sabem participar, ou seja, não têm práticas participativas consistentes e verdadeiras. Nossa sociedade é muito centralizada, especialmente do saber. Isto que dizer que uns poucos sabem tudo e devem decidir pelos outros, sem participação de todos.

A participação para concretizar-se e não ficar no plano simbólico, precisa não somente de sua organização e método, mas precisa também o conhecimento da realidade e uma melhor compreensão dos fenômenos das relações sociais.

O conhecimento da realidade dá-se através da pesquisa, da observação. Depois disto é que se poderá realizar os diversos objetivos neste grupo, como a criação do saber, a conscientização, a busca de solução para os problemas do grupo, a capacitação e a formação prática em participação.

Além desta necessidade de conhecer a realidade na qual a pessoa está inserida, outro elemento importante é o diálogo. Sem o diálogo não pode existir a participação, pois a participação na tomada de decisões requer a informação e o diálogo.

Devemos sempre procurar o diálogo ao invés da disputa. Para que isto aconteça é necessário que cada membro seja mais acessível e compreenda sempre o que o outro está querendo dizer. Em todo diálogo proveitoso, cada participante deve ajudar o outro a esclarecer seus pensamentos.

A única forma de educarmos à participação é a prática, somente a vivência da participação nos faz cada vez mais participar e ter gosto pelo processo participativo, saindo do eu, do individualismo, e buscando, no coletivo, forças e formas para melhorar as condições de existência.

A primeira prática de participação se dá na família. Sendo assim, o processo de participação começa dentro do grupo familiar, onde as pessoas vão se identificando com os parentes, criando valores, princípios e atitudes comuns.

Neste momento, cabe ressaltar o vazio insubstituível que carregam as crianças e adolescentes que vivem no Albergue, por estarem longe da convivência familiar. A instituição não consegue suprir esta necessidade.

Como já se parte do prejuízo, no trabalho com as crianças e adolescentes de rua, faz-se necessário, pois, ampliar os espaços de participação dessas pessoas, para outros grupos, evitando que se caia na tendência ao isolamento, criando homens e mulheres passivos, privando-os da oportunidade de participar, de dar sua contribuição na condução da sociedade.

A participação é importante para o desenvolvimento pessoal e social. Para as crianças e adolescentes, faz com que se sintam importantes no processo, reforçando a auto-estima, além de torna-los sujeitos da sua própria história. De outro lado, a participação está condicionada à individualidade. Só participa, quem tem idéias, e às apresenta, expõe.

Um dos mais graves problemas que as crianças e os adolescentes de rua enfrentam hoje é a exclusão que sofrem pela sociedade desde as necessidades básicas, até sua marginalização. Pelo fato de estarem na rua, enfrentam a discriminação e a rejeição, tornando-se sujeitos sem história, sem identidade, acarretando efeitos negativos em sua vivência entre outros.

"A sociedade moderna nos envia duas mensagens conflitantes: confie em si mesmo, encarregue-se de seu próprio destino; conforme-se, aceite o jogo, seja um "bom" cidadão. Com frequência a individualidade é rotulada como excentricidade, tolerada apenas na teoria; na prática espera-se o conformismo". (Viscott, 1982: 56)

É função da instituição que trabalha com as crianças e adolescentes, proporcionar oportunidades, para que todos sintam-se seguros para expor suas opiniões.

A participação deve ser essencialmente libertadora, questionadora e crítica, deve levar à transformação da qualidade de vida das crianças e adolescentes do Albergue, proporcionando junto a eles um melhor projeto de vida.

Entendemos que ter qualidade de vida não é apenas sobreviver, é isso e muito mais, devendo chegar ao conjunto das carências relativas à liberdade, ao lazer, à participação, ao afeto, à identidade e à proteção.

Esta qualidade de vida deve estar ligada ao processo de reflexão do dia-a-dia da história de vida dessas crianças e adolescentes que passam e residem no Albergue, para tão somente iniciar um processo de melhoria de vida, de humanização.

A participação é um processo muito importante na transformação da qualidade de vida das crianças e adolescentes do Albergue. Portanto é preciso estimular a participação não somente das crianças e adolescentes, mas de todo o conjunto do ASRC, a coordenação, os funcionários e as crianças e adolescentes.

A seguir, relataremos nossa prática junto ao Albergue Santa Rita de Cássia - ASRC. Através do estágio curricular de Serviço Social e como funcionária, vivenciamos uma experiência de participação que consideramos fecunda e produtiva tanto às crianças e adolescentes, como para toda a dinâmica e funcionamento do ASRC.

2.2. A PARTICIPAÇÃO COMO UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO DENTRO DO ALBERGUE

Em agosto de 1995, iniciamos o segundo período de estágio curricular de Serviço Social, no Albergue Santa Rita de Cássia, que na época passava por um processo de reavaliação. Falava-se em termos de Albergue, mas este funcionava também como abrigo, o que exigia um atendimento permanente e continuado das crianças e adolescentes que ali estavam.

No nosso primeiro contato com a instituição, em agosto de 1995, depois de uma reunião com a coordenadora, pudemos ver de perto essas crianças e adolescentes com as quais iríamos trabalhar. Crianças carentes, não somente de poder aquisitivo-econômico, mas carentes de atenção, de conversar com alguém, carentes de afetividade.

No início, todos nos olhavam com desconfiança, alguns eram mais chegados, outros mais desconfiados. Mas aos poucos fomos criando uma relação muito forte de identificação, confiança e amizade. Sempre tentamos transmitir segurança, cobrando deles atitudes e responsabilidades, mas ao mesmo tempo, dando atenção e carinho, fazendo-os sentirem-se queridos e importantes.

Um exemplo claro que mostra esta situação, aconteceu um dia em que já havia terminado o nosso horário, e estando sentada em frente ao Albergue, o adolescente L. sentou-se ao nosso lado e mostrando a sua perna onde tinha pego um bicho geográfico, disse: "- Tia a senhora não tem nojo da gente?"

Respondemos que eles eram iguais a qualquer outro adolescente.

O adolescente então continuou dizendo: "- Tem muita gente que não gosta de nós, tem nojo, não chega nem perto".

Falamos que não era o meu caso.

O fato de eles estarem sempre querendo estar perto, abraçando e conversando conosco, demonstra sua carência de atenção e afeto. Numa outra conversa com o adolescente C., pudemos perceber o carinho e o respeito que eles depositavam em nós. Dizia o adolescente: "- Aqui no Albergue ninguém se preocupa com a gente".

Respondemos: "- Eu me preocupo muito com vocês.

Continuou o adolescente: "- Só a tia! O resto dos funcionários quer é livrar-se de nós".

Foi com prazer e felicidade que chegamos na instituição. Houve rápida identificação e uma vontade muito grande de ajudar, de mostrar a essas crianças, adolescente e funcionários que juntos poderíamos construir uma proposta de funcionamento para o Albergue, e um projeto de vida consistente a essas crianças e adolescentes.

Quando decidimos trabalhar e fazer o estágio curricular nesta instituição, vários funcionários nos alertaram, dizendo coisas como: "- Olha teve um adolescente que tentou estuprar uma educadora". Outros diziam ainda: "- Teve um adolescente que bateu na cara de uma coordenadora que trabalhou em outra gestão". Não demos atenção para os comentários, acreditamos nossa força de vontade.

Hoje, após o término do nosso estágio, sentimos que há respeito por parte dos educadores para comigo, os quais passaram a confiar em nosso trabalho junto às crianças e adolescentes do Albergue. Importante foi o respeito, o carinho e a segurança que as crianças e os adolescentes depositaram em nossa pessoa e no nosso trabalho.

No início do estágio acompanhávamos as crianças e adolescente que participavam do Grupo Alternativo de Estudo dos Problemas das Drogas da UFSC -GAEPD, e realizávamos, com eles, uma reunião semanal para avaliação do grupo que acompanhava o GAEPD. Nestas reuniões também aconteciam discussões de temas escolhidos pelas crianças e adolescentes. Segundo a coordenadora do Albergue, anteriormente não havia nenhum momento onde pudessem ser feitas discussões de temas diversos, tais como: racismo, sexualidade, a importância do diálogo, etc.

Alguns dos assuntos tratados nestas reuniões foram:

- Palestra com o Rudinei do Grupo Alternativo de Estudo dos Problemas das Drogas - GAEPD da UFSC, onde discutimos os problemas das drogas;

- Com o Núcleo de Estudo Negro - NEN - foi falado sobre a consciência negra, Zumbi ...;

- Com o professor César Luiz de Mari, do Centro de Educação e Evangelização Popular - CEDEP, conversamos sobre temas relativos a Sexualidade e a importância do diálogo.

Quando estávamos nas reuniões da Universidade - no GAEPD, sentíamos uma certa tranquilidade. As crianças e adolescentes gostavam de estar lá. Mas quando retornávamos ao Albergue, era como se tudo regredisse, pois esta atividade acabava ficando isolada, sem respaldo no conjunto da vida do Albergue. Isto decorrente da falta de propostas pedagógicas e de trabalho integrando dentro da instituição.

Cada atividade que se realizava com as crianças e adolescentes, ficava incompleta, pois não fazia parte de um plano integral, com objetivos e estratégias previamente definidas. Este trabalho com relação às drogas, é exemplo típico desta falta de trabalho conjunto e pensado. Enquanto acompanhávamos um grupo de crianças e adolescentes no GAEPD, tentando esclarecê-los e recuperá-los do vício das drogas, com uma metodologia muito bem pensada e trabalhada pelo GAEPD, dentro do Albergue havia apenas a repressão e a punição, com relação às drogas, desconsiderando todo nosso trabalho.

Havia, no entanto, uma preocupação, tanto das crianças e adolescentes quanto dos funcionários do Albergue, em construir uma proposta de participação nas decisões dentro da instituição. O objetivo principal era fazer com que o Albergue não atendesse somente às necessidades físicas, mas atendesse também as necessidades psicológicas, e outras mais, proporcionando melhor convívio, com segurança e felicidade, reforçando a auto-estima de todos, contribuindo na construção de um projeto de vida para as crianças e adolescentes.

Em relação aos funcionários, percebemos falta de informação sobre a vida e a história das crianças e adolescentes que passam pelo Albergue. Diziam eles: "Aqui nós somente recebemos as crianças e os adolescentes, mas não sabemos quem são e nem porque estão aqui."

Percebeu-se claramente que o Albergue não tinha a participação dos educadores, nas avaliações dos trabalhos e muito menos nos "Estudos de Casos", a partir dos quais eram tomadas as decisões referentes aos encaminhamentos dados às crianças e adolescentes do Albergue. Eles não se sentiam construtores do processo de reintegração dessas crianças e adolescentes na sociedade.

Para os educadores, o Albergue não passava de um depósito de crianças e adolescentes com problemas.

Um exemplo disto foi o depoimento do educador F. na reunião do dia 06/11/1995, onde ele dizia: "- Acho que é bom nós participarmos dessa reunião uma vez por semana, para falar sobre os adolescentes. Porque nós temos mais contatos com eles, sabemos mais da vida deles".

Percebemos que é preciso que o educador se preocupe com a realidade cotidiana dos educandos. Paulo Freire afirma: "*o educador que está dentro do espaço institucional deveria ter uma mínima experiência do contexto social do educando, para poder, partindo de lá, dar o salto com o menino*". (Freire, 1985: 21)

Continuou argumentando o educador B: "Não são partilhadas as informações. A gente nunca sabe de nada. O pessoal técnico pensa que sabe mais que a gente, mas nós também sabemos.

O educador F. afirmou: "- Temos que nos juntar para fazer estudo de caso". Deu como exemplo o adolescente L., que conversava muito com ele, e por isso, o educador afirmava que teria bastante conhecimento da vida e realidade dessas crianças e adolescentes.

Continuou argumentando o educador F.: "- Tem que pegar junto, educadores e técnicos, senão não funciona.

Diante destas constatações, surgiu a necessidade de aprofundarmos a questão da participação, como ela é importante para a construção de um espaço melhor, mais se-

guro e mais gratificante para todos os funcionários, crianças e adolescentes. Foi tornando-se clara a necessidade de se dedicar mais tempo para analisar a importância das relações democráticas dentro da instituição, tanto de educadores como crianças e adolescentes, no processo de assistência, convívio e integração social desta clientela.

“Uma das exigências básicas para o bem-estar do homem é que ele seja ativo no exercício de todas as suas faculdades - mas uma das características de nossa sociedade é a tendência para tornar o homem mais passivo, privando-o da oportunidade de participação nos negócios que lhe interessam”. (Torres, s.d.: 14)

O processo de participação deve oportunizar a troca de saberes, troca de experiências de todos que estão vivenciando os diversos aspectos da vida do Albergue. Não são somente os técnicos, os profissionais previamente preparados que têm possibilidade de tomar as decisões acerca da vida do Albergue.

“Em primeiro lugar é importante sublinhar que, quem faz, faz. Quem faz cria, pelo fato de fazer, um certo tipo de saber. Primeiro porque fez e segundo porque sabe continuar fazendo”. (Freire, 1985: 17)

Isso significa que os educadores sabem várias coisas, que foram descobrindo, coisas que as crianças e os adolescentes e a prática lhes ensinaram. Não podemos fazer uma separação entre a prática e a teoria.

Ainda Paulo Freire diz:

“... O que a prática não é, é a sua própria teoria. Quer dizer que a prática gera esses diferentes saberes, mas não é a teoria de si mesma. Pensando bem, teoricamente, a prática da terça-feira deve preparar para uma prática melhor na quarta-feira, quando se espera superar determinadas possíveis deficiências que se tinha por insegurança e por incerteza do conhecimento”. (Freire:17)

A partir dessa citação quero colocar a importância da participação dos educadores em todos os processos de decisão dentro do Albergue, através de espaços para estudo de caso e avaliação da prática. Está faltando, aos educadores, uma assessoria teórica mais consistente, que ilumine a prática, proporcionando avanços no trabalho desenvolvido. Isto poderá ser construído durante um processo de participação.

Temos que pegar esta cotidianidade, como objetos de reflexões teóricas, saindo além do cotidiano das crianças e adolescentes. É preciso ir adiante, construindo propostas novas, encontrando caminhos para melhorar a condução das atitudes e encaminhamentos dos vários casos que são trabalhados no Albergue.

Falando de participação não podemos esquecer a importância da participação dos adolescentes no processo construtivo dentro do Albergue.

Como já foi citado no capítulo anterior, é somente através da participação, que as crianças e os adolescentes aprofundaram o sentimento de pertença a este grupo. Eles percebem que dependem mais deste coletivo e que com o vínculo afetivo, aumenta também o seu compromisso com este grupo. É através da participação que ele consegue sentir-se mais seguro e significativo.

Desta forma, quanto mais aprofundamos o processo participativo, mais fortes vão ficando os laços afetivos e de compromisso grupal. Isto acontecendo, mais consistente e forte será a própria participação. O contrário também pode acontecer, ou seja, quanto menos se estimula e proporciona oportunidades de participar, menor serão os laços afetivos e o compromisso grupal. É preciso, portanto, um trabalho constante, de geração de oportunidades participativas, respeitando a capacidade e o jeito de cada um.

No início do nosso estágio no Albergue Santa Rita de Cássia, local onde também somos funcionária, o que existia em termos de participação, era uma reunião de funcionários do Albergue, que acontecia uma vez por mês. Nestas reuniões eram discutidos problemas internos referentes aos funcionários e às crianças e adolescentes, tais como chegada de novos funcionários, roubos dentro do Albergue, comportamento dos adolescentes em relação aos funcionários, etc.

Verificamos também, que no Albergue existia uma desesperança com relação a possibilidade de mudar os caminhos que a instituição estava trilhando.

Um questão que estava bem clara, é que todos os funcionários queriam a construção das normas para o Albergue, que facilitassem o trabalho dos educadores e outros funcionários.

Exemplo desta necessidade de se ter normas mais claras acerca da vida dentro do Albergue foram as conversas da reunião do dia 24 de abril de 1996, onde, após um desabafo da coordenadora sobre o mau comportamento dos adolescentes, o educador A. falou: “- Temos que fazer normas, pois os adolescentes só conhecem seus direitos e não os deveres, se os adolescentes sentem fraqueza em relação ao nosso trabalho temos dificuldade para tomarmos uma iniciativa.”

A coordenadora então falou: “- Já está em ata que iríamos estudar as normas, e temos que estar atentos porque sempre há perdas e ganhos”. Como já afirmara outras vezes, a coordenadora quis dizer com isso, que a elaboração de normas para o Albergue poderia trazer vantagens, no que se refere ao trabalho com as crianças e adolescentes, mas também poderia trazer desvantagens, pois as crianças e adolescentes poderiam querer facilitar ou suavizar as normas, para poderem fazer o que quisessem. Mediante este posicionamento os educadores não deram respostas e mudaram de assunto.

Mais tarde, na seqüência da reunião, o educador A., volta novamente ao assunto das normas dizendo: “- No nosso plantão o adolescente diz que não vai fazer a faxina porque já fez no dia anterior. Mas ele deve fazer independente de ter feito ou não!”

O educador M. confirma que no plantão dele, acontece a mesma coisa.

O educador B. toma a palavra dizendo: “- Vamos fazer uma reunião certinha para discutirmos as normas”.

A reunião continua, sem conclusões, com muitas discussões alternadas e desconectas.

De repente voltamos à questão das normas. O educador B. diz que já está com as normas prontas e começa a ler para o grupo de funcionários. Cabe ressaltar que, nessa

reunião, não participam todos os funcionários, somente os educadores e funcionários do setor administrativo.

Algumas normas feitas pelo educador B. foram as seguintes:

- “A criança ou adolescente que chegar após o horário deverá dormir cedo e fazer a faxina do Albergue;
- A faxina é obrigatória, não fazendo não come, nem dorme no Albergue;
- Droga, sexo e briga, levar para 6º DP.”

A coordenadora interrompe, dizendo ter compromissos, e que precisa sair.

O Sr. A fala da importância de marcar uma reunião semanal para avaliar os adolescentes.

O educador B. reafirma a importância de marcarmos uma reunião para discutirmos as normas. Mas a coordenadora, que estava com pressa, encerrou a reunião, sem nada encaminhar.

Nas conversas desta reunião, nota-se a necessidade de todos os funcionários de construir normas para o Albergue. Da parte dos educadores não estavam sabendo lidar com a situação em que os adolescentes se negavam a cumprir algumas tarefas, bem como desrespeitavam os funcionários. Da parte das crianças e dos adolescentes, estavam exigindo regras para garantir suas atitudes, pois estavam sentindo-se sem caminho e sem orientação. Na verdade todos nós precisamos de uma direção, de orientação para poder viver melhor, especialmente quando se trata de um grupo de pessoas. São os parâmetros, os referenciais, os limites.

Paulo Freire diz que:

“Se não houvesse limites era uma beleza ou era um desastre. Por outro lado, a questão do limite coloca a questão do poder. Como não é possível discutir a questão do limite sem se discutir a questão do poder, sem perguntar a favor de quem, a favor de que, contra quem e contra o que.” (Freire, 1985: 22)

Neste sentido, outra preocupação, por nós levantada, é que no Albergue estava somente existindo punição, não estava havendo elogios e incentivos.

É preciso ouvir o menor, seus sentimentos, seu olhar, seus gestos, seu semblante, suas emoções. Saber elogiar, estimular suas boas atitudes. Valorizar as boas iniciativas e mesmo trabalhar os erros com perspectivas positivas.

Para entender melhor as crianças e os adolescentes, o educador precisa estar livre de preconceitos e tabus impostos pela sociedade, e acima de tudo aprender a tratar criança como criança e adolescente como adolescente, respeitando a sua idade, a individualidade, seus valores, suas limitação e suas expectativas, com autenticidade, verdade e coerência, dentro da realidade.

Na medida em que as reuniões com os funcionários foram acontecendo, foi sendo discutida a importância das normas e a participação dos adolescentes na construção das mesmas. No início houve resistências por parte de alguns funcionários.

A participação e o trabalho em grupo, são respostas otimistas e conscientes no processo histórico, que podem ser vivenciados pelos integrantes do grupo de funcionários, crianças e adolescentes que compõe o Albergue.

O Serviço Social contribuiu diretamente no que diz respeito a organização do grupo. Incentivamos a participação de todos os integrantes do Albergue, nas várias instâncias de discussão e encaminhamentos da vida da instituição. Segundo Boing apud Kisman, 1984:

"O papel do Assistente social é fundamental para compreender as necessidades do grupo e dos indivíduos que os integram, sendo que o Assistente social de grupo deve dar-lhes ajuda, orientando o processo para que o próprio grupo se satisfaça."

Possibilitamos aos membros do grupo que participassem do processo de solução dos problemas, sem receber do orientador as respostas prontas e acabadas, pois isso deve ser um princípio básico do Serviço Social.

A nossa intenção, enquanto profissional do Serviço Social, foi ajudar os membros a reconhecerem seus valores próprios, e as opiniões (as normas) sugeridas pelos outros, criando a possibilidade de se construir juntos um lugar melhor para viver.

"O Serviço Social em uma abordagem grupal é uma experiência educativa quando desenvolve no homem o sentimento de participação e a criticidade, quando o eleva a assimilar sua importância como pessoa e com condições de , em conjunto com outras, superar os problemas da sociedade". (Boing, 1992: 60)

Como nada definiu-se na reunião do dia 24 de abril, em outro encontro, uma semana depois, decidiu-se que uma comissão de funcionários iria fazer uma proposta de normas. Esta comissão reuniu-se em seguida, e elaborou um conjunto de normas, que foram apresentadas na reunião dos funcionários do dia 03 de junho de 96.

Acreditamos que o Serviço Social deve ter um trabalho mais amplo, baseado diretamente na democracia. Este deve levar o grupo a uma ação-reflexão calçada no respeito ao companheiro de trabalho, como ao público com o qual se trabalha, proporcionando junto a eles, momentos de reflexão e ação, criando valores e opiniões, num espaço que podem exteriorizá-los, desabafar suas angústias, e ansiedades produzidas num trabalho difícil como este, do Albergue, com crianças e adolescentes em situação de abandono.

Iniciamos esta reunião do dia 03 de junho, com 9 funcionários, tendo como assunto principal, a discussão e aprovação, das propostas de normas apresentadas pela comissão. Foi nesta reunião que sugerimos que pensássemos e amarrássemos concretamente, como seria a participação das crianças e adolescentes na construção das normas. Após o lançamento da proposta alguns participantes pediram a palavra:

O educador B., diz: "Em reunião anterior, ficou decidido que as normas seriam feitas pelos educadores, apresentadas para os adolescentes e colocadas na parede, porque devemos manter a distância entre educadores e educandos".

Igualmente afirma o educador N.: "Devem ser feitas pela gente".

O professor de Educação Física L. diz: "O que penso é que se fizermos uma boa proposta, junto com os adolecentes, eles não poderão argumentar quando as normas forem aplicadas. Eu fico no meio-termo, nem o radicalismo nem deixar solto."

A assistente social E. : "Vamos analisar, porque isso vai ser um acordo entre educador e educando. E faz um questionamento para o professor L., perguntando qual seria o meio termo?"

O professor de Educação Física L. então diz: "Temos que apresentar alguma coisa, fazemos então uma apresentação das normas, um acordo com os adolescentes".

Após discussões e argumentações do grupo de funcionários, o Educador B. mudou de opinião, inclusive dando sugestões de como poderia ser a participação das crianças e adolescentes na construção das normas.

Dizia o educador B.: "Devemos reuni-los e pedir para que eles elaborem as normas deles, depois faremos uma reunião, para daí podermos negociar ver o que coincide".

Ficou decidido, após a votação das sugestões levantadas, que o grupo de funcionários faria uma proposta de normas. Estas seriam discutidas com as crianças e os adolescentes que também deveriam fazer a sua proposta de normas para o funcionamento do Albergue.

Sendo assim, o grupo de funcionários discutiu a proposta de normas para o funcionamento do Albergue levantada pela comissão. Cada sugestão apresentada, era refletida por todos os integrantes e votada. Quando aprovada transformava-se em norma que seria posteriormente discutida com as crianças e adolescentes, conforme encaminhamento aprovado no início da reunião.

Viabilizando as discussões e debates acerca da importância da participação, os funcionários se conscientizaram da necessidade de a criança e o adolescente participar do processo de construção das normas, como um momento educativo importante, dentro do

Albergue. Segundo os integrantes do primeiro seminário Latino-Americano sobre as alternativas Comunitárias para Meninos de Rua (Brasília/84):

"O educador precisa se identificar com a criança sem perder sua individualidade, buscando com as crianças as propostas para sua inquietações do "existir no mundo". Fazendo a história com a criança. Isto pressupõe a democratização do poder, ou seja, ceder a participação nas decisões de todo o processo educativo".

A criança e o adolescente precisa participar de todo o processo, para sentir-se sujeito da sua própria história, ao invés de receber as coisas prontas e acabadas de "cima para baixo".

Durante todo esse processo de construção das normas, bem como do esclarecimento dos direitos, incentivamos a participação de todos, principalmente a das crianças e adolescentes dentro do Albergue, conforme relatório das reuniões com os adolescentes (anexo 7).

Aconteceu então uma reunião, no dia 11 de junho de 1996, onde estavam presentes 16 adolescentes, juntamente com a Assistente Social e a estagiária. O objetivo principal deste encontro era a elaboração da proposta de normas, por parte dos adolescentes. Iniciamos a reunião falando da participação dos adolescentes nesse processo de construção das normas dizendo que quando não participamos e não discutimos, alguém sempre decide por nós. É por isso que a participação de cada um deles era muito importante.

O adolescente O. se ofereceu para anotar o nome das pessoas que quisessem falar.

Definida a dinâmica da reunião, começaram a levantar sugestões de normas, que eram discutidas, refletidas por todos, e então se votava a redação final da norma que seria apresentada ao grupo de funcionários, para serem comparadas e discutidas novamente.

Enquanto iam sendo elaboradas as normas, sempre procuramos ter como referencial a necessidade da participação das crianças e adolescentes na escola, trabalho e cursos profissionalizantes, ou seja, procuramos incluir nas normas, orientações que garantissem a presença das crianças e adolescentes, tanto na escola, no trabalho e em cursos profissionalizantes, por entendermos que esses são bons espaços para se conseguir o crescimento educativo e integral.

A adolescente S. diz que: "- Tem adolescente que vêm para o Albergue, começa a trabalhar, estudar. Depois desiste de tudo e fica aqui só perturbando. O que esse cara quer? Tem que ser expulso do Albergue."

O adolescente JP. opina: "- Para aquelas crianças e adolescentes que vêm e voltam para a rua, mais de três vezes, deve ser expulso do Albergue."

A adolescente S. diz que "aqueles que cumprem direitinho, tem o direito de sair no final de semana, até ganhar passes, roupas e calçados."

Um fato interessante que observamos é o de como as crianças e adolescentes são muito rígidos consigo mesmos. Mais rígidos do que os educadores ou a própria instituição para com eles. Isto acontece devido ao fato de as vezes eles se identificarem com a figura do opressor, caracterizados na figura do pai que bate e maltrata, do policial ou do carcereiro. Por consequência disto, as vezes vão contra o próprio amigo ou companheiro.

Segundo Maria Lúcia V. Violante:

"Na vida institucional, o menor vai adquirindo uma imagem negativa de si e do mundo, se já não o possuía antes de sua institucionalização, e vai se autodepreciando. Consegue perceber perspectivas extremamente limitadas de sobrevivência: a alternativa estreita de tornar-se "decente", impotente e submisso às condições adversas da existência, ou "malandro", revoltado contra tais condições e aparentemente onipotente. Ambas as alternativas que lhe impõem são reprodutoras da sua marginalidade. Por isso, podemos afirmar que a institucionalização da marginalidade do menor reproduz a marginalização, seja por torna-lo, na maioria das vezes, idiotizado, submisso e passivo diante de suas condições e, muitas vezes, aspirante a ocupar um lugar de seus opressores ou, menos, de tornar-se um aliado seu ou um "igual". (Violante, s.d.: 06)

Ressaltamos então a questão da participação para construirmos sujeitos ativos, e não submissos, conseguindo encontrar perspectivas de tornarem-se sujeitos de sua história através da participação, decidindo sobre o seu destino.

O Serviço Social teve atuação decisiva, na vida das crianças e adolescentes do Albergue, bem como em todo o conjunto de funcionários, pois possibilitou aos integrantes a utilização de seus conhecimentos, habilidades e potencialidades, despertando nestes, condições de se auto determinarem, de crescerem como pessoas humanas, digna de seu valor, reforçando seus direitos de cidadania que é a participação nas decisões, sendo verdadeiros sujeitos de sua própria história.

A participação das crianças e dos adolescentes do Albergue Santa Rita de Cássia, nas decisões, preencheu algumas necessidades básicas, como o desejo de participação efetiva e o de convivência com outras pessoas, estabelecendo laços afetivos entre os integrantes do Albergue.

Afirmamos que o trabalho do Assistente Social é uma exigência cada vez maior da vida moderna. Devem, os Assistentes Sociais, desenvolver suas habilidades sociais através das dinâmicas de grupo, que é usada por vários profissionais como psicólogos, administradores de empresas, educadores, etc.

É importante que o Assistente Social, reflita, junto com o grupo, uma finalidade, os objetivos e meios que precisamos para realizar estas finalidades enquanto grupo.

“Os objetivos e as atividades do grupo devem ser avaliados, continuamente, para ver se estão consistente com as finalidades. Mas acreditamos que só existe grupo quando existem finalidades comuns a serem atingidas. E estes objetivos vão mudando sempre de acordo com o processo de evolução do grupo”. (Torres, s.d.: 25)

Os Assistentes Sociais devem buscar ser orientados por princípios cooperativos, devem conhecer estes fenômenos, pois eles são a mola propulsora do desenvolvimento do trabalho grupal.

“Em uma estrutura cooperativa de grupo, os elementos se verão como pessoas interdependentes, coordenarão os seus esforços, serão mais fortemente motivados, comunicar-se-ão mais com os outros, trabalhando mais e procurando também maior integração afetiva”. (Torres, s.d.: 29)

O profissional do Serviço Social deve estimular a livre expressão de sentimentos e opiniões, aclarando-as para ajudar a diagnosticar, de forma real, os problemas e guiar o grupo em sua atividade.

É importante também que o profissional não crie barreiras na comunicação. Uma linguagem sofisticada desfavorece as relações simétricas e conseqüentemente atrapalha o desenvolvimento do grupo.

O profissional não deve planejar sozinho os caminhos do grupo, a responsabilidade deve ser compartilhada por todos os elementos do grupo.

O profissional deve ser aquele que mais se aproxima e mais se relaciona. É percebido com um dos nossos e não como um estranho. Deve existir o desenvolvimento da amizade e confiança, desta forma ele vai conhecer mais o grupo e os caminhos que este deve percorrer para atingir seus objetivos.

A participação aumenta a satisfação mútua dos membros, pois permite também a realização da satisfação da necessidade individuais.

A participação também reduz a necessidade de controle, aliviando o trabalho dos profissionais do Serviço Social, porque isto os torna mais conscientes de suas responsabilidades, possibilitando que vejam o que é preciso fazer e como fazer.

Para que realmente aconteça este processo participativo, é muito importante a eficiência e criatividade em todos os trabalhos e atividades propostas dentro da instituição. Tão importante quanto isto, é a integração e a identificação total do conjunto da instituição, tanto dos funcionários com as crianças e adolescentes e vice-versa.

Outro aspecto a se ressaltar é a questão dos limites a que toda prática está submetida, e sublinhar a necessidade que temos, em uma ação educativa, de desafiar as

crianças e adolescentes para que elas ganhem a compreensão crítica dos limites de sua prática. Porque segundo Paulo Freire:

“ A história não é isso. A história não é toda poderosa. Mas nesse fazer a História e ser feitos por ela, se instalam os limites”. (Freire, 1985: 22)

É discutindo, promovendo espaços de participação que podemos perceber como as coisas acontecem. É a partir daí que podemos perceber que as crianças e adolescentes precisam dos profissionais da área social. As reuniões são espaços importantes, onde podemos fazer muita coisa com as crianças e adolescentes e principalmente através delas, garantir espaço à sua participação.

Fazer essas reuniões, demonstra o interesse dos funcionários para com as crianças e adolescentes. Mostra que estes acreditam no que elas têm a dizer, e na sua capacidade de participação, reconhecendo-os como agentes de transformação.

Em todos os momentos estimulamos a participação dos adolescentes e funcionários no processo de discussão e construção das normas e direitos dos adolescentes, porque sabemos que a participação só existe na medida que ela é conquistada. Não existe participação dada, ou doada.

Foi neste contexto que aconteceu a última reunião para discussão das normas, no dia 13 de junho de 1996. Juntos, funcionários e adolescentes, fortaleceram a participação e integração de todos.

Iniciamos a reunião com 17 integrantes, sendo 10 funcionários e 7 crianças e adolescentes. O assunto foi a apresentação das propostas previamente elaboradas tanto pelos funcionários, como das crianças e adolescente, para que fossem discutidas e elaboradas de forma definitiva. Outro objetivo era de se explicitar alguns direitos das crianças e adolescentes, em sua convivência, dentro do Albergue.

Explicamos os objetivos da reunião. Após esta explicação, foi aberta a palavra para dar seqüência à reunião.

A coordenadora falou da importância de estarmos construindo as normas, pois segundo ela, era de real necessidade para convivermos bem, funcionários e adolescentes dentro do Albergue.

O educador Z, ficou anotando o nome das pessoas que queriam falar.

A funcionária B. ficou com a leitura das normas feitas pelos adolescente.

O adolescente L. ficou com a leitura das normas feitas pelos educadores.

Segundo o adolescente L. as normas dos funcionários ficaram mais interessantes que as deles.

Era lida uma proposta dos funcionários, a seguir se verificava se havia alguma proposta referente ao mesmo assunto, da parte dos adolescentes. Visto isso, comparavam-se as sugestões, abria-se a palavra para discussão e por fim era feita uma votação para aprovação da referida norma.

O processo de discussão foi muito interessante, com bom nível de argumentação de todos, demonstrando que todo processo de discussão anterior foi muito importante e enriquecedor. Por fim, ficaram definidas 20 normas e orientações, conforme documento anexo.

Depois deste passo da reunião já concluído, ou seja, de termos definido as normas, lembramos que não deveríamos esquecer de discutir e definir também os direitos dos adolescentes.

Partiu-se então para a discussão e definição de alguns direitos das crianças e adolescentes. Discutidos e aprovados pelo grupo, ficaram os seguintes direitos:

- Os adolescentes que estiverem participando com freqüência nas atividades terão o direito de sair no final de semana podendo, ao retornar mais tarde, dormir normalmente no quarto do Albergue;
- As crianças e adolescentes poderão ter um cachorro, desde que o mesmo não entre nas dependências da instituição e o dono limpe as suas sujeiras e responsabilize-se por ele;

- As crianças e adolescentes que saírem do programa do Albergue somente poderão fazer visitas nos finais de semana. Servindo este direito, também para parentes e familiares das crianças e adolescentes;
- As crianças terão direito a 5 refeições diárias;
- As crianças e adolescentes terão direito a uma reunião mensal, que deverá acontecer na primeira segunda-feira do mês, organizada pela coordenadora, ou alguém indicado por ela, para fazer avaliação do Albergue, bem como também possíveis reivindicações.

No final da reunião foi feita uma avaliação das diversas reuniões que aconteceram, neste processo de elaboração das normas. Como metodologia para realizar esta avaliação, cada integrante falava uma palavra, expressando o seu sentimento em relação a todo o processo. A maioria achou as reuniões ótimas, produtivas. Outros acharam um bom começo.

Algumas palavras de avaliação expressas pelos adolescentes: "legal", "boa", "valeu", entre outras. Palavras expressadas pelos funcionários: "bom começo", "ótimo", "participativo", "interessante", etc.

Nesta avaliação sobre as reuniões, o contentamento estava no semblante de cada integrante, e também por parte do Serviço Social, pois foi pela primeira vez que os integrantes emitiram suas opiniões com criticidade, principalmente as crianças e os adolescentes.

Este é mais um momento em que o Serviço Social pôde colaborar para não reforçar a visão fatalista que as crianças e os adolescentes têm da sua situação e incentivar a participação, a discussão em conjunto dos problemas, a reflexão da prática, e reconhecer no profissional um companheiro de luta.

Assim os profissionais do Albergue vão fazendo parte da vida dessas crianças e adolescentes e a partir de uma prática concreta, ganhando a confiança de quem aprendeu a não confiar em ninguém.

"A vida da rua é muito dura, muito violenta, muito dinâmica e muito alienante em relação a uma compreensão maior da realidade. A relação entre as crianças é muito violenta, pois acontece num contexto de violência. O outro é mais um concorrente e por isso, é difícil percebê-lo como um companheiro da mesma luta. A

sobrevivência tende ser garantida, por isso não sobra nem tempo para ser criança, para brincar, para sonhar. Muitas vezes, a vida é dura que nem é uma questão de tempo, mas sim não poder mostrar-se criança. Ser criança é ser fraco, e então elas tem que disfarçar ou viver esse ser criança, sonhar e brincar em outras atividades, até mesmo no roubo, na droga na violência". (É possível educar na rua? 1987: 18-19)

É através do estímulo à participação que podemos criar momentos em que os funcionários e os adolescentes, se integrem, se respeitem e acima de tudo, façam com que as criança e os adolescentes sintam nestes profissionais, pessoas preocupadas em construir, junto com eles, um projeto de vida consistente na amizade e no respeito mútuo.

Tendo em vista aprofundar ainda mais o processo participativo dentro do Albergue, também ficou decidido, na reunião do dia 13 de junho, que seria realizada uma reunião semanal de avaliação das crianças e dos adolescentes com a presença de todos os funcionários.

Esta reunião vem acontecendo semanalmente, com bons resultados. Em cada reunião é composta uma comissão de funcionários que faz o levantamento histórico do adolescente que está sendo estudado. Depois disto, os funcionários encaminham os procedimentos e ações a serem executadas, daí por diante, a fim de ajudar essa criança e adolescente. Define-se também, qual a próxima criança ou adolescente que será estudada individualmente.

Estas reuniões também têm como objetivo avaliar o comportamento e desempenho das crianças e adolescentes nas atividades realizadas durante a semana. Conforme o resultado desta avaliação, são definidas aquelas crianças e adolescentes que têm direito a sair no final de semana, retornar e dormir até mais tarde.

A medida que aumenta a participação e a consciência também há uma diminuição da necessidade de certos trabalhos do profissional de Serviço Social. Deve-se perceber que não se está desempenhando esta função em benefício próprio, mais em benefi-

cio do grupo na realização de sua finalidade. Isto porque o grupo depende muito mais da participação de todos, do que de uma liderança onde alguém faz, pensa, sente e decide tudo sozinho.

Mas com muita inteligência, criatividade e acima de tudo interesse e vontade de melhorar a vida dessas crianças e adolescentes, os profissionais do Serviço Social podem contribuir para que o grupo trabalhe e caminhe para uma transformação, capaz de conseguir o bem estar de todos os integrantes do Albergue.

O Serviço Social pode contribuir não apenas para a sobrevivência do grupo, mas sobretudo no seu fortalecimento e crescimento, abrindo suas fronteiras, na obtenção da satisfação pessoal e individual, buscando superá-la no bem-estar social de todos os integrantes do grupo. Mesmo porque o crescimento do grupo não ocorre automaticamente, ele depende diretamente dos seus membros que são capazes do desenvolvimento pessoal e do seu grupo.

Durante o nosso estágio, percebemos através de depoimentos, que está bem melhor trabalhar no Albergue. A vida no Albergue está mais tranqüila e a reunião de avaliação e estudo de caso, tem comprovado tal avanço.

Durante a semana do dia 07/07/96 até o dia 12/07/96, todos os adolescentes participaram das oficinas, curso de computação e foram para o trabalho. Os funcionários estavam surpresos com os resultados e a tranqüilidade para realizar o trabalho dentro do Albergue. Dizia uma educadora: “- Olha, estou animada para trabalhar na próxima semana, nunca vi o grupo tão animado, foi uma semana tranqüila”. Também todos os adolescentes foram liberados para sair no final de semana (conforme direito dos adolescentes, os que cumprem todas as atividades podem sair no final de semana e retornar, podendo dormir no quarto dentro do Albergue).

Segundo Paulo Freire:

“O contrário positivo da manipulação e do espontaneísmo é a subjetividade democrática. E esse o contrário positivo dos dois, quer dizer nem afrouxo os meninos porque não sou autoritário, nem

tão pouco os asfixio porque não sou expontaneísta". (Freire, 1985: 15)

Não podemos confundir autoritarismo com autoridade.

"os educadores devem ser mais e mais uma presença firmada em que os educandos podem confiar, a quem os educandos podem procurar para obter respostas a suas dúvidas; presença firmada porque vive harmoniosamente a relação autoridade que encarna, e as liberdades dos educandos. Presença firmada por isso mesmo presença em paz, que não tema correr riscos e nem tão pouco se assusta com o risco a ser corrido pelo educando. O autoritário pelo contrário, não aceita risco nenhum do educando, porque impõe a sua solução. O educador expontaneísta em lugar de arriscar-se, cai no jogo da irresponsabilidade. O educador democrático aceita o risco toma iniciativa, em certos momentos dirige o processo induz". (Freire, 1985: 21)

O educador democrático vai mais além, por não temer os riscos, porque existe uma presença firmada, não se assusta com os riscos a serem corridos junto ao educando. O educador autoritário dirige de cima para baixo, muitas vezes por comodidade, preservando a indução o tempo todo. Enquanto o democrático, no processo da prática educativa, substitui a indução pela colaboração crítica e consciente do educando.

Toda liderança implica em autoridade. Queremos dizer não ao autoritarismo, e não ao expontaneísmo. Porque ao rejeitarmos uma postura autoritária, preconceituosa, podemos cair no risco, do expontaneísmo, de "deixar como está, para ver como é que fica". Não é essa a nossa função: o educador é educador, e é educando também, por isso deve assumir uma postura, ser uma liderança democrática que implica numa autoridade.

Percebemos que a participação se tornava cada vez mais um espaço para a informação, para discussão, garantindo, acima de tudo, não só um espaço para a realização de seus interesses pessoais, mas sim como um processo grupal, como meio de adquirir conhecimentos desenvolvendo-se socialmente.

"A participação em grupo deve torna-se uma resposta às necessidades existenciais do ser humano e do contexto de que ele faz parte. Não deve garantir somente o direito de sobreviver, mas o direito de viver. A finalidade é fazer com que o homem alcance seu lugar na sociedade". (Boeing, 1992: 61)

Podemos perceber que através da participação os integrantes começam a se sentir como pessoas, sujeitos de sua vida, passam a se valorizar enquanto pessoas e o seu crescimento, não pensando só em si mesmo, mas também para as outras pessoas que estão a sua volta, criando compromisso entre eles. A participação, também na medida que produz mais controle sobre a vida, contribui diretamente para o fortalecimento da auto-estima.

"Acreditamos que somente depois que se descobrir que é capaz é que a pessoa pode entrar num processo de melhoria de vida. Portanto é necessário participar. A participação é direito de cidadania". (Boeing, 1992: 58)

A contribuição na construção de verdadeiros cidadãos e cidadãs deve ser compromisso permanente do profissionais do Serviço Social. Ainda mais forte é este compromisso, quando se trabalha com crianças e adolescentes, pois neles reside grande potencial de vida e esperança para toda sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que é difícil o trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco e abandono. É difícil, porém não é impossível, basta que existam pessoas comprometidas, dentro de instituições comprometidas com estas crianças e adolescentes. Pessoas que estejam realmente empenhadas em construir uma proposta de um futuro melhor à essas crianças e adolescentes que moram e que passam por instituições, como o Albergue Santa Rita de Cássia.

No nosso caso, consideramos fundamental que as crianças, adolescentes e funcionários participem de todo o processo dentro do Albergue, não recebendo tudo pronto e acabado. É vital que todos sintam-se importantes na condução da vida da instituição.

Fortalecendo os laços afetivos dentro de todo o grupo, fortalecendo principalmente um compromisso de grupo, poderá se chegar ao ponto de que o funcionário e a criança e adolescente terão que responder por seus atos a todo grupo e não somente à coordenação, centro do poder e das decisões.

Através do processo participativo, na elaboração das normas do Albergue, nos "estudos de casos", e em outras atividades educativas, pudemos dar os primeiros passos, rumo a este fortalecimento dos laços afetivos e de compromisso grupal.

No entanto, este trabalho participativo dentro do Albergue deve ser um processo permanentemente avaliado e aprofundado. Existem muitas outras formas de participação, como em momentos de lazer e confraternização, pensados e realizados por todos, a partir do jeito de cada um.

Verificamos que algumas ações poderiam ser implementadas para que este trabalho iniciado, tenha prosseguimento e avanços. Apresentamos aqui algumas sugestões, a partir das análises da prática do Serviço Social:

- Formação permanente dos funcionários, garantindo o atendimento qualificado para as diversas situações vivenciadas dentro da instituição: sexualidade, drogas, afetividade, racismo...;
- Que não se execute as ações do Albergue, visando apenas suprir as necessidades físicas das crianças e adolescentes, mas buscando garantir a construção de projetos de vida mais amplo, que atinja todas as dimensões da pessoa humana;
- Revisão da disposição física da instituição, tornado o espaço mais humano, possibilitando a privacidade e o respeito à individualidade;
- Realização de um planejamento anual de tudo que trabalharia dentro do Albergue, com reuniões periódicas para avaliação, revisão e atualização deste planejamento;
- Que se procure realizar um trabalho efetivo de integração e aproximação das famílias das crianças e adolescentes, envolvendo-os em atividades dentro do próprio Albergue.

Outro aspecto importante, seria uma ligação orgânica com a comunidade na qual o Albergue está inserido. Com isto, as crianças e adolescentes, teriam oportunidade de criar novos laços de amizade e compromisso com um grupo maior, ampliando seus horizontes e perspectivas de uma vida melhor.

O grupo foi o agente de mudança no momento que contribuiu para o aprimoramento e crescimento de seus integrantes e o Serviço Social proporcionou condições de desenvolvimento pessoal e social, permitindo-lhes revelarem suas habilidades e potencialidades.

O Serviço Social possui importante papel neste processo, pois através da sua ação, calcada na democracia, no respeito e na participação, deverá sempre incentivar as crianças, adolescentes e funcionários a se organizar e a participar da conquista de seus direitos de cidadãos.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BOEING, Lilian Sandin. *A participação como fator de transformação da qualidade de vida da pessoa idosa*. Florianópolis: Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço de Serviço Social da UFSC, 1992. 74 p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo. Fisco e Contribuinte, 1988.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Lei 8069/90. Florianópolis: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, 1994. 120 p.

FREIRE, Paulo. Encontro com educadores de rua. Projeto Alternativas de Atendimento a meninos de rua. São Paulo: UNICEF-FUNABEM, 1985. 23 p.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. *O serviço social e o cotidiano das crianças e adolescentes de rua: uma proposta de educação social*. Florianópolis: Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da UFSC, 1993. 103 p.

REVISTA FORUM DCA. *Políticas e prioridades políticas*. Brasília: Secretariado Nacional do Fórum DCA, nº 01, primeiro semestre de 1993.

RIVERA, Deodato. *Pelo amor desta bandeiras*. Brasília: Ministério da Ação Social - CBIA, 1991. 164 p.

SÊDA, Edson. *O novo direito da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Ministério da Ação Social - CBIA, 1991. 137 p.

TORRES, Zélia, *A ação social dos grupos*. Petrópolis: Vozes, s.d.. 67 p.

TRABALHANDO ABRIGOS. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, Cadernos de Ação nº 03, março/1993. 51 p.

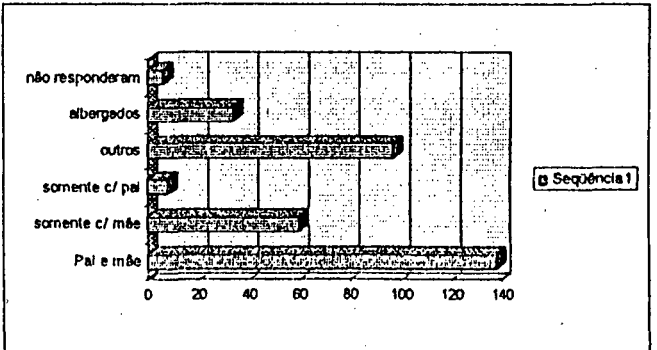
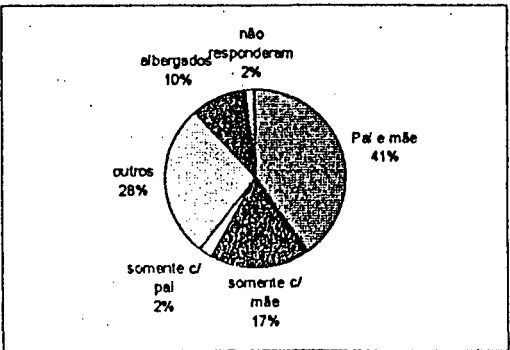
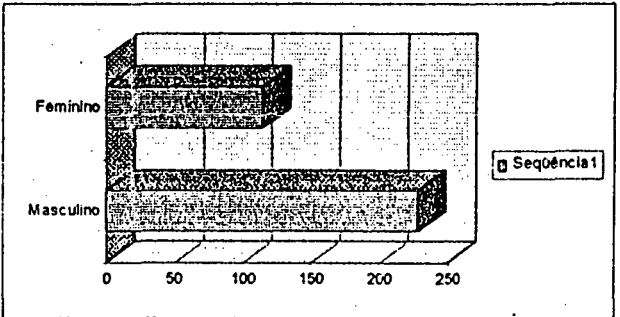
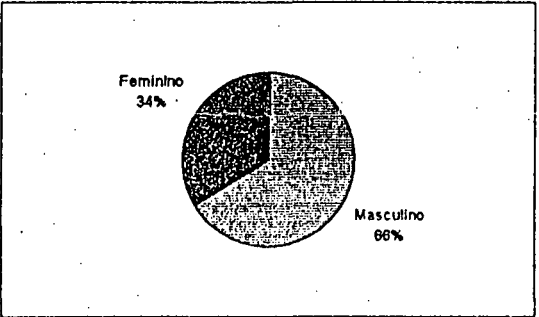
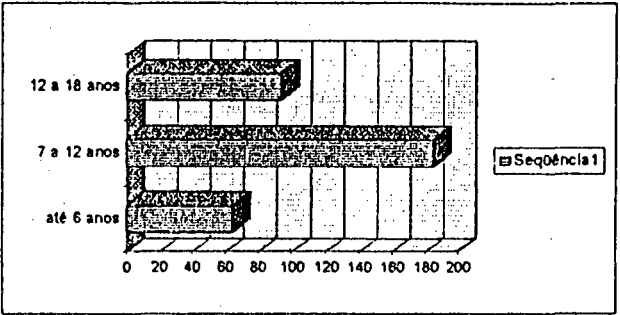
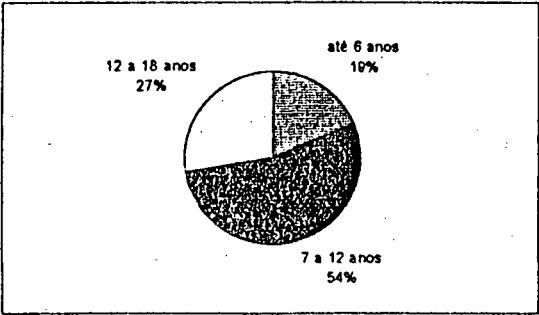
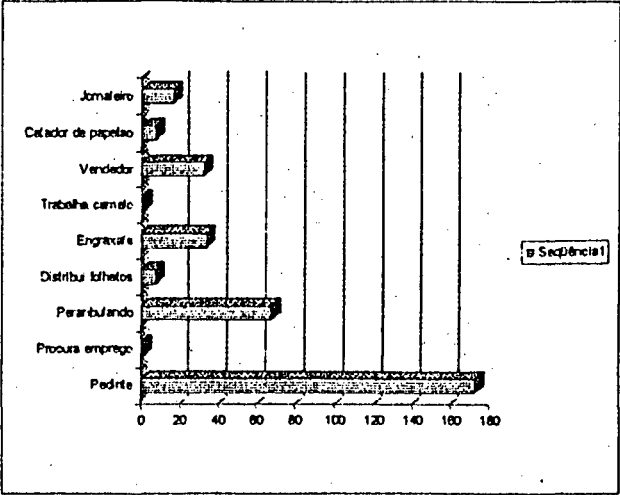
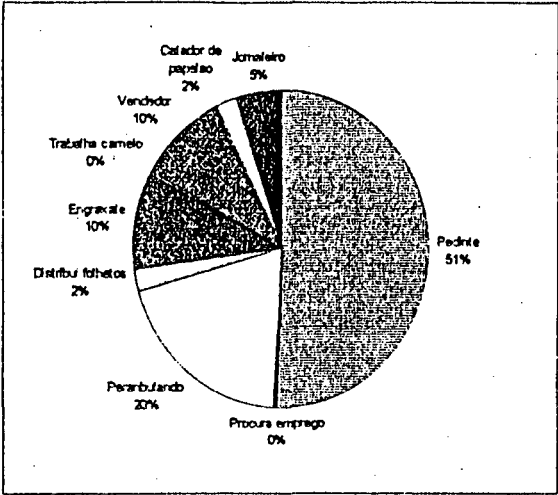
UNICEF/FUNABEM/SAS. *É possível educar na rua?* Projeto Alternativas de atendimento aos meninos de rua. Rio de Janeiro: Ministério da Previdência e Assistência Social - Coordenadoria de Comunicação Social, 1987. 35 p.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Brasil Criança Urgente*. São Paulo: Ed. Columbus, 1989: Col. Pedagogia Social, v.1. 176 p.

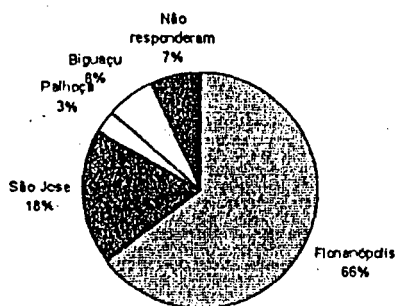
VIOLANTE, Maria Lúcia V. *O perfil psicossocial da criança e do jovem marginalizados*. São Paulo: Texto mineografado. s.d., 7 p.

VISCOTT, David. *A Linguagem dos Sentimentos*. 4ª Edição. Tradução; Luiz Roberto S.S. Malta, São Paulo: Summus Editorial, 1982. 135 p.

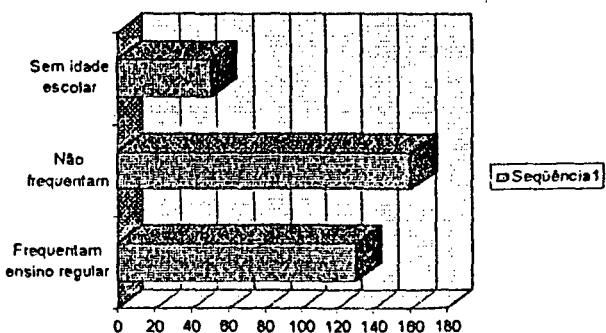
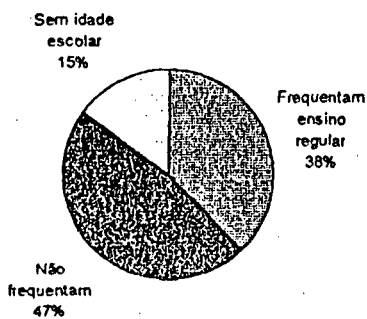
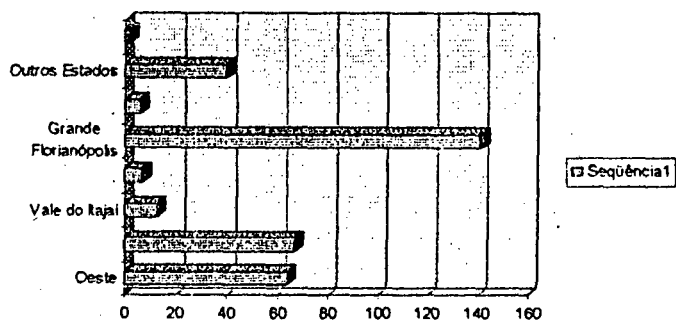
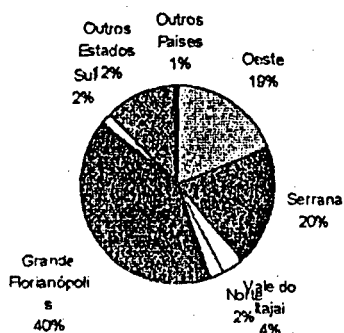
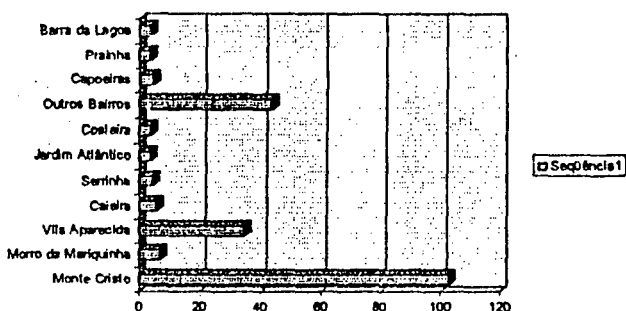
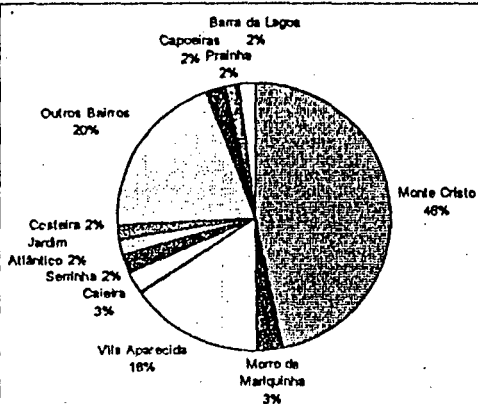
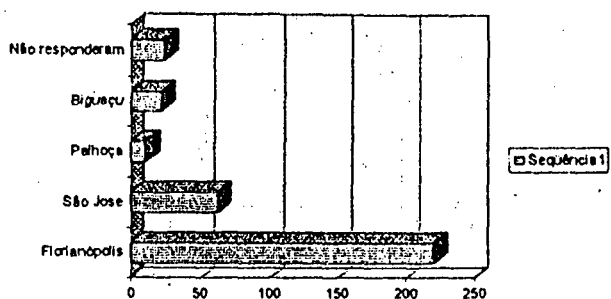
ANEXO 1



Local de residência



Local de residência



ANEXO 2

* ACOLHER A CRIANÇA NÃO SIGNIFICA REPETIR FRACASSOS *

Diante da miséria em que vive a população brasileira condenada a uma das mais duras explorações, aumenta-se a cada dia o número de pessoas que vivem à margem de todo o processo sócio-político-econômico do país. O peso dessa dura realidade recai sobre as crianças e adolescentes, que quando conseguem atravessar a primeira infância, se vêem forçadas a precocemente ingressar no submundo do trabalho ou fazer das ruas das cidades o único meio de sobrevivência.

Ao longo dos anos, movimentos identificados com as lutas populares, começaram junto a essas crianças e adolescentes, buscar formas de atenuar o sofrimento a que são submetidas. Daí percebeu-se que o atendimento por si só não reverteria esse quadro. Partiu-se então para uma organização maior, onde a sociedade civil organizada, através de seus movimentos garantiu na Constituição Federal, a prioridade absoluta às crianças e adolescentes (art. 227). Conquistou-se também o Estatuto da Criança e do Adolescente onde elas passam a ser sujeitos de direito.

Os órgãos públicos reconhecendo a falência de sua assistência compensatória e repressora, buscam "modernizar" esse tipo de atendimento, criando "novos" mecanismos que repetem a prática e os vícios anteriores.

Isso acontece em Santa Catarina, quando na capital pensa-se em implantar um projeto a nível de governo estadual, que entre outras coisas cria um albergue para crianças e adolescentes de rua.

No processo de implantação desrespeitou-se técnicos, movimentos e entidades (reconhecidas por estarem sempre ao lado das crianças e adolescentes). Discutindo a estrutura do projeto esqueceu-se de trazer em bojo questões como: levantamento da realidade, formação dos profissionais, envolvimento dos meninos(as), entre outras.

Preocupa-nos essa iniciativa que não leva em conta as questões mais importantes acima citadas e que estará mais uma vez fadada a repetir o fracasso. Entendemos que desde a elaboração deveriam estar juntos os meninos(as), que são os maiores interessados. Também, profissionais e entidades comprometidas, na tentativa de participar, sentiram-se frustrados nas palavras de um dos coordenadores do projeto: QUER VOCÊS QUEIRAM OU NÃO, VAMOS FAZER ISSO.

Preocupa-nos essa prática conhecida e viciada que mais uma vez colocará nos meninos(as) de rua a culpa do fracasso de um projeto que não levou em conta a sua realidade.

Queremos dizer que estamos abertos a qualquer iniciativa que venha ao encontro das necessidades dos meninos(as) e desde que haja participação de todos os segmentos interessados.

- * MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS(AS) DE RUA
- * GRUPO DE EDUCADORES DE RUA
- * AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA
- * ASSOCIAÇÃO FLORIANOPOLITANA DE VOLUNTÁRIAS
- * CENTRO DE EDUCAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO POPULAR
- * NÚCLEO CASTOR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EXISTENCIALISMO

ANEXO 3

IV - PROGRAMAS

a) TÍTULO: Albergue Santa Rita de Cássia

b) OBJETIVO: Propiciar abrigo provisório ou temporário, à crianças e adolescentes de 07 a 15 anos, em situação de risco pessoal e/ou social; que perderam o vínculo familiar e/ou fizeram das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência; propiciando-lhes alimentação, higiene, atendimento de saúde, lazer e repouso.

c) OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- oferecer segurança e proteção às crianças e adolescentes durante sua permanência no local;
- atender as suas necessidades básicas;
- propiciar cuidados e conceito de higiene e saúde;
- orientar para o restabelecimento do vínculo familiar;
- realizar palestras educativas;
- oferecer alimentação adequada;
- oferecer oportunidade de lazer;
- orientar quanto ao mercado de trabalho existente.

d) DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

- Clientela:

O Albergue Santa Rita de Cássia atende prioritariamente a meninos e meninas de rua, como também crianças e adolescentes de 07 a 15 anos que sofreram maus tratos, violência ou abandono.

- Metodologia de Atendimento

As crianças e adolescentes chegam ao Albergue encaminhados por alguma OG ou ONG (Prefeituras, Polícia Militar, Polícia Civil, S.O.S.-Criança, Juizados da Infância e da Juventude ou por procura espontânea. Na recepção são coletados os dados das crianças e adolescentes, onde os mesmos são informados sobre o funcionamento do Albergue.

Desde sua chegada, o educador procura manter um vínculo com

a criança e adolescente estabelecendo um relacionamento de confiança e de amizade, visando conhecer sua história de vida, compreendendo a sua presença na rua; seus anseios e expectativas, possibilitando o resgate do vínculo com a família.

É comunicado, periodicamente, ao Juizado da Infância e da Juventude os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares; como também as crianças que permanecem muito tempo no Albergue.

Após o café da manhã as crianças e adolescentes são encaminhados para as atividades no Casarão, escola ou trabalho.

Em situação de maus tratos e violência, são encaminhados ao S.O.S.-Criança e quando necessário, ao setor de saúde.

- Meta:

57 crianças e adolescentes por dia, sendo 19 meninas e 38 meninos.

No ano de 1992 foram atendidos 594 crianças e adolescentes, sendo 416 reincidentes.

- Atividades Desenvolvidas:

A rotina diária do Albergue é a seguinte:

17:00 às 18:00 horas - recepção

18:00 às 19:00 horas - banho, encaminhamento ao setor de saúde, janta e higiene bucal.

19:00 às 22:00 horas - recreação orientada pelos educadores, como: pacaú, leitura, tênis de mesa, futebol de areia, vôlei, TV ou vídeo, taco, recorte e colagem, pintura, confecção de objetos de acordo com a data festiva (natal, páscoa, etc...), cooper, pega-pega, bandeira-salva e outras brincadeiras diversas.

Brincadeiras diversificadas (carrinho, bonecas, túnel, etc.) quebra-cabeça e brinquedos de sua própria criatividade. Dependendo da atividade, as crianças/adolescentes tomam outro banho às 22:00 horas.

22h30min - dormir (repouso)

07:00 horas - despertar

08:00 horas - café da manhã.

OBS: Nos finais de semana e feriados e despertar passa para as 07h30min e o café da manhã para às 08h30min.

Toda limpeza interna e externa do Albergue é realizada pelas crianças e adolescentes, incluindo a limpeza do refeitório, dos dormitórios (masculinos e femininos), banheiros, arrumação dos quartos, armários, rouparia, responsabilidades com roupas sujas no cesto, para a lavanderia, e com as toalhas de banho (estendidas no varal).

Além destas atividades as crianças e os adolescentes participam de palestras no Albergue com profissionais da área médica, odontológica, religiosa e outros, enfocando assuntos sobre: puberdade, adolescência, sexualidade, métodos anticoncepcionais, AIDS e doenças sexualmente transmissíveis.

- Base Física:

01 prédio situado a Rua Rui Barbosa Nº 125 - Agronômica - Florianópolis - SC, contendo: 02 dormitórios, sendo o de meninas com 19 leitos e o de meninos com 38 leitos; banheiros, sala de recreação, lavanderia, refeitório, cozinha, enfermaria, quarto de isolamento para enfermos, sala de TV, recepção, sala do coordenador.

- Recursos Humanos Envolvidos:

01 coordenador - pedagogo (nível superior)
01 enfermeira - (nível superior)
01 chefe de cozinha
04 cozinheiras
10 educadores (nível médio)
01 assistente administrativo
02 vigias.

- Envolvimento da Comunidade:

Há participação da comunidade através do voluntariado que realiza atividades e participa nas datas comemorativas como: natal, dia da criança, páscoa, dia de Santa Rita de Cássia. Os empresários participaram na construção do Albergue e no

pagamento de alguns funcionários.

- Articulações com Outros órgãos ou Segmentos Comunitários:

Para que o trabalho tenha êxito, busca-se, constantemente, articulação com: Prefeitura Municipal de Florianópolis, S.O.S-Criança, Casarão da Integração Adolescente/Idoso, Juizado da Infância e da Juventude, Polícia Militar, Polícia Civil-6º DP, Hospital Infantil, UFSC, Postos de Saúde, Secretaria de Administração e Justiça, Ministério Público/Promotória, Hospital Universitário, CBIA, Secretaria da Saúde.

ANEXO 4



CONVÊNIO Nº 005 /93

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI
O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA
JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO E A PREFEITURA
MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, COM A
INTERVENIÊNCIA DA FUNDAÇÃO VIDA, VISANDO
ESTABELECEER PROGRAMA DE COOPERAÇÃO.

Aos Onze dias do mês de maio de 1993, o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Justiça e Administração, doravante denominada Secretaria, neste ato representada pelo seu Secretário, LUIZ CARLOS SCHMIDT DE CARVALHO com a interveniência da Fundação Vida, doravante denominada Fundação Vida, neste ato representada pela sua Presidente VERA MARIA KARAN KLEINUBING, e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, doravante denominada, Prefeitura, neste ato representada pelo Senhor Prefeito SÉRGIO JOSÉ GRANDO, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Convênio é o estabelecimento de um Programa de Cooperação que permita a continuidade do atendimento das necessidades bio-psico-sociais e pedagógicas das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social nos Programas do Albergue Santa Rita de Cássia, SOS Criança e Casarão da Integração Adolescente-Idoso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, a Secretaria, com a interveniência da Fundação Vida, providenciará em instrumentos jurídicos



específicos para a Prefeitura:

- doação dos bens móveis,
- cessão de uso, referente ao terreno e aos três prédios situados na Rua Rui Barbosa, 125 - Agronômica, onde funcionam os Programas SOS Criança, Albergue Santa Rita de Cássia e Casarão da Integração Adolescente-Idoso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

A execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Convênio será repassada gradativamente à Prefeitura, dentro de quatro meses, a partir da assinatura do presente, através das seguintes etapas:

- I- Estudo de repasse à Prefeitura dos trabalhos executados pela Fundação Vida;
- II- Planejamento dos Programas a serem assumidos pela Prefeitura;
- III- Execução do trabalho sob a responsabilidade da Prefeitura, com acompanhamento da Fundação Vida e Secretaria de Estado da Justiça e Administração;
- IV- Avaliação conjunta das Entidades envolvidas no processo de transferência das ações;
- V- Repasse definitivo das ações na área da proteção especial para a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Os Programas serão acompanhados sistematicamente por grupo de trabalho com representantes da Fundação Vida, Prefeitura Municipal de Florianópolis e Secretaria de Estado da Justiça e Administração, tanto durante todo o processo de transferência como nos demais meses de sua duração.

PARÁGRAFO ÚNICO:

O presente Convênio deverá ser convalidado pela Câmara Municipal de Florianópolis, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado e publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO

- I- Estudar e viabilizar a assinatura do Convênio de Cooperação



- Técnico Financeira visando facilitar a execução do projeto;
- II- realizar cessão de uso dos bens imóveis hoje ocupados pelos Programas Albergue Santa Rita de Cássia, SOS Criança e Casa-rão de Integração do Adolescente-Idoso;
 - III- realizar doação dos bens móveis para execução dos trabalhos
 - IV- colocar à disposição da Prefeitura os funcionários que se encontram realizando trabalhos no Albergue, SOS Criança e Casarão;
 - V- toda e qualquer alteração no quadro ou liberação de pessoal do Governo do Estado, que se encontra realizando estes trabalhos, será realizada de comum acordo com as partes convenientes;
 - VI- o pessoal contratado junto a empresa prestadora de serviços permanecerá em atividades até a conclusão do prazo de parceria, com exceção da categoria de vigia que encerrará atividades em 30 de junho de 1993;
 - VII- manter o item alimentação, diminuindo a participação de forma gradativa até o final do prazo de parceria;
 - VIII- manter à disposição dos Programas um veículo pelo período integral de duração do Convênio e outro veículo durante apenas o prazo de parceria;
 - IX- manter a disposição dos programas as linhas telefônicas ora utilizadas, pelo período integral de duração do convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO VIDA

A Fundação Vida, como órgão interveniente, obriga-se a:

- I- Fiscalizar, orientar e prestar assistência técnica as atividades desenvolvidas pela Prefeitura;
- II- fazer ponte junto ao Governo do Estado para auxílio na manutenção dos programas;
- III- repassar o referencial teórico e prático das experiências vivenciadas na área da proteção especial;
- IV- providenciar cobertura financeira para as necessidades da locomoção de crianças e adolescentes envolvidos nos Programas, que necessitam de retorno para as comarcas de origem, localizadas em território catarinense;
- V- colocar em atribuição de exercício na Prefeitura os funcionários do Estado que se encontram à disposição da Fundação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

A Prefeitura obriga-se a:

- I- manter profissionais capazes e habilitados para atendimento das crianças e adolescentes nos Programas, na medida das necessidades;
- II- prestar contas à Secretaria, das importâncias recebidas, o-
bedecidas as formalidades legais;
- III- atender as crianças e adolescentes de acordo com os princí-
pios do Estatuto da Criança e do Adolescente, cumprindo o
constante em cada Programa;
- IV- manter os veículos de uso em perfeitas condições;
- V- providenciar material de expediente, e de consumo para as
oficinas;
- VI- manter equipamento e material permanente recebido no local
da execução e exclusivamente atendendo as necessidades dos
Programas transferidos;
- VII- diligenciar para que os Programas transferidos não sofram
solução de continuidade, procurando manter integralmente a
essência dos mesmos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

A Secretaria, a Fundação Vida e a Prefeitura poderão propor a qual-
quer tempo, a rescisão do presente Convênio, se não forem cumpridas
quaisquer de suas Cláusulas, ou por mútuo acordo.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O objeto do presente Convênio será executado nos 04 primeiros meses
após a assinatura deste, em parceria entre os convenientes. Após
esse prazo caberá a Prefeitura Municipal de Florianópolis o desen-
volver dos Programas tratados, ficando estabelecido o prazo de cin-
co anos, que poderá ser prorrogado caso haja interesse das partes.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

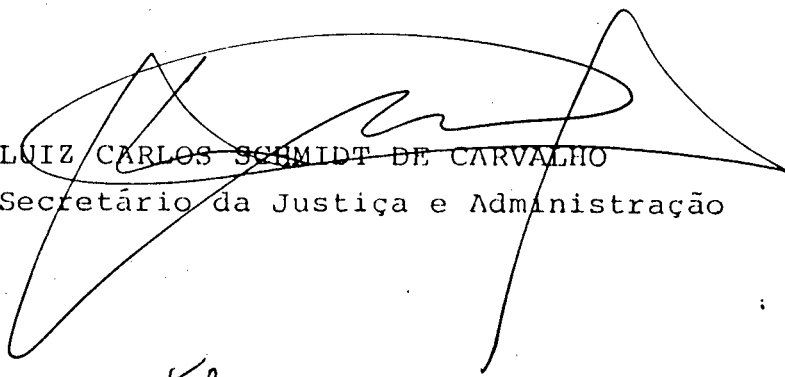
Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis para dirimir as ques-
tões decorrentes da execução do presente Convênio.

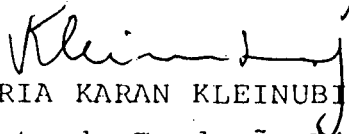
E, para completa validade do que ficou acordado, firmam o presente
Convênio em seis vias, na presença das testemunhas abaixo.

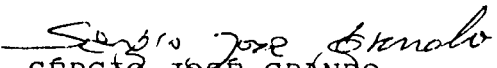


ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO

Florianópolis, 11 de maio de 1993

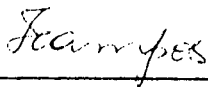

LUIZ CARLOS SCHMIDT DE CARVALHO
Secretário da Justiça e Administração

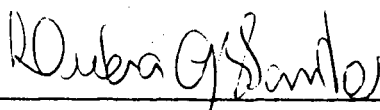

VERA MARIA KARAN KLEINUBING
Presidente da Fundação Vida


SÉRGIO JOSÉ GRANDO

Prefeito Municipal de Florianópolis

TESTEMUNHAS:





ANEXO 5



PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DIVISÃO DA EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

PROJETO: ALBERGUE SANTA RITA DE CÁSSIA

Florianópolis, Fevereiro de 1995



INSTITUIÇÕES/ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO PROJETO:

PMF - Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, através da Divisão da Criança e do Adolescente, em parceria com a AFLOV.

ÍTENS DO PROJETO:

- 01 - Apresentação**
- 02 - Objetivos**
- 03 - Estratégia Operacional**
- 04 - Recursos Necessários**
- 05 - Anexos**



01 - APRESENTAÇÃO

O Projeto Albergue Santa Rita de Cássia passou por processo de reavaliação, que apontou a necessidade de sua reforma para atender de forma mais efetiva as crianças e os adolescentes, aos quais presta assistência imediata e temporária.

Nesse sentido, esta proposta pretende maximizar a utilização da área jurídica do Albergue e apresentar uma nova dinâmica de trabalho que se integre a outros programas de atendimento a criança e adolescente, bem como co Centro de Apoio Familiar.



02. - OBJETIVOS

- A) GERAL: Albergar os meninos(as) que fazem das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência, prestando aos mesmos assistên-
temporária e transitória.
- B) ESPECÍFICOS: - Resgatar e/ou fortalecer os vínculos familiares da clientela atendida.
- Oportunizar o atendimento psicossocial aos meninos(as), buscando a gradativa saída das ruas.
 - Construir um conceito de educação junto as crianças, adolescentes e educadores.
 - Estabelecer junto aos meninos(as) os limites de convivência e respeito aos colegas e educadores, ajudando-os a compreender a realidade que vivem.
 - Buscar maior participação da comunidade, quanto ao atendimento dos meninos(as).
 - Oportunizar a integração às crianças e aos adolescentes em programas sócio-educativos.



03.- ESTRATÉGIA OPERACIONAL

A operacionalização deste projeto exige a constante interação educador-educando, sem perder de vista as variantes da realidade dos(as) meninos(as) na rua, na Instituição e junto a "família".

Passamos, então a destacar alguns passos estratégicos para viabilização do trabalho:

- Estudo da situação de cada menino(a) atendido(a), com atualização de prontuários, entrevistas, abordagens na rua e visitas domiciliares.
- Acompanhamento de orientação à família do menino(a) atendido(a) em suas dificuldades.
- Desenvolvimento da educação social, junto aos meninos (as) através de trabalhos em grupo.
- Orientação aos meninos(as), no sentido da busca de um futuro melhor para si e junto aos seus.
- Articulação com os diversos programas sociais, basicamente com o "Projeto de Abordagem de Rua".
- Encaminhamento dos meninos(as) a outros órgãos e demais recursos comunitários, para busca de solução dos casos atendidos, pelo Projeto.



04.- RECURSOS NECESSÁRIOS

a) - HUMANOS

- 01 Auxiliar administrativo;
- 02 Assistentes sociais;
- 07 Educadores sociais (vespertino-noturno)
- 01 Auxiliar de enfermagem.

b) - MATERIAIS

- Alimentos;
- Materiais pedagógicos;
- Materiais esportivos;
- Brinquedos;
- Vestuário pessoal, cama, mesa e banho.

c) - FINANCEIROS

- Manutenção;
- Pagamento dos funcionários;
- Aquisição e reposição de equipamentos e materiais;
- Fonte dos Recursos: Próprios(PMF), AFLOV e CBIA, SEJAD.



05. - A N E X O S

01 - INDICATIVOS BÁSICOS PARA O FUNCIONAMENTO DO ALBERGUE

02 - DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS DO ALBERGUE



**INDICATIVOS BÁSICOS PARA O FUNCIONAMENTO
DO ALBERGUE SANTA RITA DE CÁSSIA**

1. - RECOMENDAÇÕES GERAIS

Para que possamos chegar a resultados positivos quanto ao processo de crescimento e formação da criança e do adolescente, devemos estar atentos para os seguintes pontos:

- Todos os funcionários têm responsabilidade e participação na educação das crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto.

- O conhecimento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, é fundamental.

- É muito importante o estabelecimento de relações e afeto e confiança para com as crianças e adolescentes, respeitando-se os limites de cada um.

2. - CLIENTELA

- Crianças e adolescentes de rua;
- Crianças e adolescentes encaminhados pelo S.O.S.;
- Crianças e adolescentes encaminhados pelos Conselhos Tutelares;
- Crianças e adolescentes encaminhados pelo Juizado;
- Crianças e adolescentes encaminhados pela Equipe do "Projeto de Abordagem de Rua".

3. - QUANTO AO ATENDIMENTO:

a) - Horário: O Albergue funcionará todos os dias das 17:00 às 09:00 horas;

- Os(as) meninos(as) que forem encaminhados(as) serão atendidos(as) em qualquer horário;
- Os(as) meninos(as) que procurarem o Projeto, expontaneamente, serão recebidos(as) até às 22:00 horas.



PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

- b) - Tipo de Atendimento: Os(as) meninos(as) receberão: lanche, banho e jantar;
 - Aqueles que forem atendidos fora do horário de jantar, receberão algum tipo de alimentação emergencial.
- c) - Permanência: As crianças e adolescentes permanecerão no Projeto pelo prazo médio de 07 (sete) dias, podendo em casos especiais permanecerem até 14 (quatorze) dias, desde que sejam avaliados pela coordenação.

4. - DAS NORMAS GERAIS

- a) - A entrada de pessoas estranhas nas dependências do Projeto será controlada, não sendo permitida a permanência das mesmas;
- b) - Dentro das dependências físicas do Projeto não será permitido fumar, bem como não poderá haver entrega de cigarros aos meninos;
- c) - Os objetos adquiridos pelos meninos(as) não poderão ser comercializados com os educadores;
- d) - Sendo constatado algum objeto em poder do(a) menino(a), sem a respectiva comprovação de sua origem, o educador deverá apreendê-lo até que se averigüe a situação. Verificado que trata-se de um objeto furtado, o(a) menino(a) será encaminhado(a) ao 6º D.P., com o devido acompanhamento e estudo da situação por um técnico e/ou educador. Os menores de 12 anos serão encaminhados ao C.T.;
- e) - O(a) menino(a) que apresentar-se drogado(a) deverá ser submetido(a) a um processo de desintoxicação no hospital e encaminhado para um técnico e/ou educador. Caso o(a) menino(a) esteja portando droga, a mesma deverá ser apreendida para averiguações;
- f) - Em caso de agressão a qualquer pessoa dentro do estabelecimento, o educador terá que interferir, e conversar separadamente com as partes a fim de resolver o problema. Conforme a gravidade do caso, encaminhar para outras instâncias mais cabíveis.
- g) - Em casos de infrações incontroláveis, o educador deverá contactar o coordenador e, se necessário, o 6º D.P. ou P.M.
- 1) - As crianças até 12 anos, que cometerem alguma infração,



PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

dentro da área do Projeto S.O.S. Criança e Albergue Santa Rita de Cássia, serão encaminhados ao Conselho Tutelar.



**ATRIBUIÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS DO
ALBERGUE SANTA RITA DE CÁSSIA**

1. - EDUCADOR (Plantonista)

- a) - Respeitar os indicativos básicos de funcionamento do Projeto e os dispositivos do ECA, bem como as normas institucionais;
- b) - Receber e registrar as crianças e adolescentes.
- c) - Controlar e orientar as saídas e retornos dos meninos(as);
- d) - Acompanhar e participar com os(as) meninos(as) das atividades;
- e) - Verificar e orientar a organização, limpeza e preservação do vestuário (armários);
- f) - Manter a limpeza dos locais onde são realizadas as atividades;
- g) - Orientar e acompanhar, os meninos(as), em sua higiene pessoal e ambiental;
- h) - Participar das reuniões de trabalho;
- i) - Desenvolver e participar de oportunidades de estudos relativos a área da criança e adolescente.
- j) - Primar pela disciplina junto aos meninos(as).
- K) - Encaminhar os meninos(as), que apresentam problemas de saúde para o auxiliar de enfermagem, que tem como atribuições específicas:
 - Orientação na higiene pessoal (corte de unha, orientação de escovação de dentes e banho);
 - Controle, assepsia da escabiose, pediculose e bicho de pé;
 - Encaminhamento e acompanhamento para exames e consultas médicas (periódicas);
 - Orientação e acompanhamento dos tratamentos médicos;
 - Curativos.



2. - ASSISTENTE SOCIAL

- a) - Respeitar e fazer cumprir os indicativos básicos de funcionamento do Projeto e os dispositivos do ECA, bem com as normas da Instituição;
- b) - Realizar triagem.
- c) - Organizar e atualizar documentações;
- d) - Registrar encaminhamentos e acompanhamentos às famílias;
- e) - Visitas domiciliares;
- f) - Promover estudos e acompanhamento de casos que envolvam os meninos(as) através de ação conjunta com outros profissionais ou não;
- g) - Prestar atendimento e orientação às famílias, quanto ao retorno e manutenção dos meninos(as) no lar;
- h) - Encaminhar crianças e adolescentes aos recursos comunitários existentes;
- i) - Planejar os temas e participar dos grupos de trabalho;
- j) - Trabalhar as abordagens individuais, buscando soluções imediatas, numa ação conjunta com outros profissionais e/ou educadores.
- k) - Participar do planejamento e divulgação do Projeto;
- l) - Elaborar, verificar e orientar a elaboração de documentos diversos.
- m) - Participar das reuniões de trabalho.
- n) - Desenvolver e participar de oportunidades de estudos;
- o) - Primar pela disciplina junto aos meninos(as).



3 - COORDENADOR

- a) - Cumprir e fazer cumprir as normas de funcionamento do Projeto;
- b) - Coordenar o Projeto de acordo com os indicativos de funcionamento do Projeto e os dispositivos do ECA.
- c) - Planejar e organizar as atividades do Projeto;
- d) - Remanejar funcionários e/ou atividades com meninos(as) de acordo com as necessidades;
- e) - Ouvir e orientar os funcionários, de acordo com as necessidades apresentadas e as diretrizes do Projeto;
- f) - Organizar e participar das reuniões de trabalho;
- g) - Formar e orientar grupos de estudo;
- h) - Prestar assessoria técnica ao Projeto;
- i) - Manter a Divisão da Criança e do Adolescente informada sobre o desenvolvimento do Projeto, bem como discutir encaminhamentos diversos;
- j) - Verificar e orientar a elaboração e atualização de prontuários e outras documentações;
- k) - Articular com outros programas da P.M.F. e outras instituições, em função do encaminhamento de casos atendidos.

ANEXO 6

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

Núcleo Mover

**Formação dos Educadores do Albergue Santa Rita De
Cássia**

Assessoria:

Coordenação: Proff. Dra. Maristela Fantin

Carlos José Naujorks - Mestrando, Sociologia Política
Maria de Fátima Pessoa Lepikson - Mestranda, Educação

Obs. : entre um encontro e outro com os educadores, os assessores realizarão reuniões onde deverão avaliar, redimensionar (quando se fizer necessário) os encaminhamentos propostos.

Metodologia

Todo o trabalho será desenvolvido com a participação direta dos educadores, devendo os temas serem constantemente relacionados com a realidade e a prática cotidiana do Albergue.

A assessoria deverá ocorrer através de 08 módulos a partir dos temas definidos.

Detalhamento

1. A criança e o Adolescente

- deverá trabalhar as causas geradoras da situação em que se encontram as crianças e adolescentes excluídos dos modelos formais de educação e socialização:
 - causas primárias -
 - relações sócio-econômicas
 - causas secundárias
 - situação das famílias;
 - exclusão dos mecanismos de socialização e educação;
 - trabalho precoce.
 - conseqüências decorrentes -
 - a rua;
 - a agressividade;
 - a adultização
 - o envolvimento com atos ilícitos;
 - resistência aos mecanismos de disciplina;
 - baixa estima
 - sentimento de rejeição;
 - estigmas;
 - institucionalização e outros.

2. O Estatuto da Criança e do Adolescente

- a trajetória da assistência às crianças e adolescentes no Brasil;

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

Núcleo Mover

Formação dos Educadores do Albergue Santa Rita De Cássia

Justificativa

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) significou para os programas de atendimento a necessidade de uma profunda alteração tanto em seus procedimentos de funcionamento como em suas práticas pedagógicas. Se nestes últimos anos a alteração funcional dos programas vem sendo realizada, permanece como um desafio a construção de um atendimento que considere efetivamente crianças e adolescentes como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento

A alteração das práticas pedagógicas dos programas significa, no entanto, a alteração da prática de seus educadores. Estes, porém, pouco - ou muitas vezes nenhum - espaço encontram em suas atividades cotidianas para uma problematização coletiva e crítica de suas práticas. O próprio caráter quase sempre emergencial do atendimento, aliando à falta de um planejamento e avaliação conjunto entre educadores e direção, bem como a falta de uma também conjunta proposta pedagógica colocam, de maneira geral, aos educadores senão outra alternativa, que uma atuação isolada e desarticulada.

Entre os Programas de Assistência à Criança e Adolescente carente desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, através de sua Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, o Albergue Santa Rita de Cássia, pela especificidade de seu atendimento, localiza-se como central dentro desta perspectiva de reordenamento. É como contribuição a este processo que se insere este Projeto.

- as políticas de atendimento - entidades de atendimento previstas pelo ECA, com destaque para os regimes sócio-educativo em meio aberto, sócio familiar e de abrigo.
- a importância destes regimes para as crianças e adolescentes excluídos.

3 O Atendimento à Criança e ao Adolescente

- os antecedentes do encaminhamento/procura das crianças e adolescentes aos regimes
- como viviam;
- características;
- que programas passaram;
- como foram parar no Albergue.
- levantamento em conjunto com os educadores da retaguarda de atendimento à população em estudo
 - objetivos;
 - o que oferecia;
 - a quem se destinava.

4 O Albergue

construção da história do Albergue

- origem;
- estrutura/organograma;
- população alvo (relacionar com as características das crianças e adolescentes excluídas - tema 1);
- objetivos/atividades;
- cotidiano (preconceitos, regras, relações...).

5 Conflitos decorrentes do cotidiano no Albergue

- levantamento dos conflitos surgidos no cotidiano;
- relação dos conflitos com as causas e história de vida das crianças e adolescentes.

6 O papel do Educador

- diante da realidade analisada;
- como vê o papel do Albergue;
- como percebe a construção das crianças e adolescentes atendidas pelo Albergue - construção do sujeito.

7 A Proposta Pedagógica do Albergue

Objetivo Geral:

Levantar elementos para a construção uma proposta pedagógica comprometida com a realidade da criança e adolescente de rua que irá nortear o atendimento no Albergue.

Objetivos Específicos:

- Realizar análise de conjuntura de forma a desenvolver uma proposta contextualizada do Albergue;
- Levantar e buscar alternativas para superação de conflitos decorrentes da prática cotidiana;
- Contribuir no processo de formação dos funcionários do Albergue de forma a capacitá-los e motivá-los no trabalho de atendimento direto;
- Possibilitar uma relação democrática e construtiva entre educadores e educandos
- Instrumentalizar educadores e educandos para que tomem consciência e se comprometam com o seu papel no processo de construção e operacionalização da proposta pedagógica do Albergue
- Contribuir com a proposta do Albergue quanto ao redimensionamento e construção de um espaço alternativo, educativo e prazeroso.

População Alvo

Educadores e coordenação do Albergue

Estrutura Geral:

A assessoria deverá ocorrer através de 08 encontros, distribuídos a partir dos seguintes temas:

- 1 A Criança e o Adolescente;
- 2 O Estatuto da Criança e do Adolescente;
- 3 O Atendimento à Criança e ao Adolescente;
- 4 O Albergue;
- 5 Conflitos decorrentes do cotidiano do Albergue;
- 6 O papel do Educador;
- 7 A Proposta Pedagógica do Albergue;
- 8 Avaliação.

ANEXO 7

REUNIÃO DOS ADOLESCENTES DO ALBERGUE SANTA RITA DE CÁSSIA

Data: 11/06/96 - Horário: 18:30

Antecedentes: A reunião havia sido marcada para segunda-feira, dia 10/06/96. Por não podermos estar presente, a reunião ficou para o dia 11/06/96.

A Eliane - Assitente Social, confeccionou cartazes com o roteiro das normas.

Presentes: Leônidas, Israel, Mário César, Mário Tsukamoto, João Carlos, João Paulo, Sandra Azevedo, Anderson dos Anjos, Renato dos Anjos, Silvano Mendonça, Antônio, Cláudio P. da Cruz, Fernando, Josuel, Daniel, Osmar, Marcos Xavier, Eliane - Ass.Social, Ilizabete - estagiária e funcionária, e Coordenadora do Albergue - Cristina.

Coordenou a reunião: Ilizabete.

Pauta: Normas internas do Albergue.

A reunião deveria acontecer logo após a janta das crianças e adolescentes. Como os adolescentes já haviam jantado, mas a Cristina - coord. do Albergue, ainda não havia chegado. Esperamos um pouco e demos início a reunião.

Inicialmente comentamos a reunião realizada pelos os educadores, para discutir as normas do Albergue, colocando também que na reunião havíamos discutido a participação dos adolescentes na formulação das normas. Foi apresentada a decisão de que os funcionários fariam propostas de normas e os adolescentes também deveriam de se reunir para fazer as suas propostas. Depois juntaríamos tudo e discutiríamos no grande grupo composto por crianças e adolescentes, educadores e funcionários.

Reafirmamos então o objetivo da reunião: "- Por esse motivo estamos aqui reunidos. Queremos dizer que, quando não participamos, não discutimos, alguém sempre decide por nós. É por isso que a participação de cada pessoa é muito importante."

Então a Eliane apresenta os cartazes com o roteiro das normas.

Solicitamos alguém que marcasse o nome das pessoas que quisessem falar, para que cada um falasse na sua vez, tornando a reunião mais produtiva e mais rápida. O adolescente Osmar de Oliveira se prontificou a marcar os nomes das pessoas que quisessem falar.

A Eliane iniciou a discussão e elaboração das normas, a partir de tópicos do roteiro previamente preparado: escola, trabalho e atividades dentro do Albergue...

Osmar fala que eles estão usando materiais de limpeza sem proteção.

Sandra diz que os educadores também devem participar da faxina e da horta.

Osmar fala também que tem o pão e as merendeiras não lhes dão. Dando para eles somente o pão velho. Sendo que os educadores e o pessoal do SOS Criança comem os pães novos.

Ficamos de conversar com a coordenadora Cristina sobre o assunto.

Levantamos a questão de como resolver casos de quando a criança ou o adolescente quebra vidros do Albergue, telhas ou destrói qualquer coisa de valor. Qual deveria ser a punição?

Sandra "- Quem faz algo errado, paga. Tem que investigar o culpado, e não fazer chantagem com todos os adolescentes, onde todos tem que pagar."

Leônidas "- Destruiu tem que pagar. Descontar diretamente no salário, se o adolescente estiver trabalhando, caso contrário será em serviço."

Osmar "- Não deve tirar o rango e nem mandar para a rua pois ele está precisando."

Fizemos votação das três propostas e ficou decidido que: Quem destruir qualquer objeto de valor no Albergue terá que pagar com dinheiro ou trabalho dentro do Albergue.

Outro item levantado foi a questão de que todos os adolescentes devem estar participando de alguma atividade, tais como: escola, trabalho, marcenaria e oficinas. Perguntamos para os adolescentes que não querem participar de nenhuma atividade, que tipo de punição deveríamos aplicar.

Sandra "- Vem para o Albergue, daí começa a trabalhar, estudar. Depois desiste de tudo e fica aqui dentro só perturbando, o que esse cara quer? tem que ser expulso do Albergue."

João Paulo "- E para aquelas crianças e adolescentes que vem e voltam para a rua mais de três vezes, deve ser expulso do Albergue."

Sandra "- Aqueles que cumprem tudo diretinho, tem o direito de sair no final de semana, até ganhar passe, roupas e calçados."

A educadora Luciane que passava por ali interrompeu dizendo: "- Vocês não cumprem com suas obrigações e querem regalias?"

Eu pedi para que ela sentasse e participasse da reunião, caso contrário, não interferisse.

Nesse momento a coordenadora Cristina entra na reunião completamente alterada falando de umas chaves do depósito que haviam sumido.

A adolescente Sandra a interrompe dizendo: "- As normas deveriam começar pela coordenadora, pois ela não participa das reuniões e quando chega ainda está atrasada."

Cristina pede respeito, e continua cobrando as chaves criando o maior tumulto entre os adolescentes.

Diziam eles "- Vai cobrar de quem fica com as chaves, os educadores."

Demos continuidade à reunião falando para a educadora Luciane que nós já havíamos discutido também sobre as penalidades de quem não quer participar de nenhuma atividade.

Cristina toma a palavra dizendo: "- Os adolescentes que não participarem de nenhuma atividade não vão para a rua e sim para CIP. Para quem não se adapta neste regime aberto vai para um regime fechado".

Cláudio "- Eu não cometi nenhum crime para ir para o CIP, prefiro ficar na rua."

Cristina "- Como são crianças e adolescentes, alguém tem que tomar providências."

Leônidas "- Então não temos direitos nenhum?"

Cristina "- Nós precisamos estar educando e vocês precisam estar aqui para se manter."

Osmar "- E os que não precisam e estão aqui no Albergue."

Cristina "- Todos que estão aqui precisam do Albergue. Nós precisamos saber mais da vida de vocês. Não deu conta de ficar em espaço aberto deve ficar em espaço fechado. A Dra. Viviane está de licença. Quem assumiu o seu lugar foi a Dra. Evelise, ela não conhece vocês por isso eu tenho certeza que ela vai tomar outras atitudes."

Há um silêncio.

Eliane retoma a reunião colocando outro item das normas que seriam em relação ao uso das drogas. "- Qual deveria ser o procedimento?"

Leônidas "- Pegar usando drogas aqui dentro do Albergue, devem ir para o 6º DP. Lá fora do Albergue ele pode. Porque não adianta o educador não deixar, porque a criança e adolescente não vai deixar de usar drogas."

Sandra "- Se o educador chega bêbado, chapado, também não podemos reclamar."

Cristina "- É nossa tarefa manter o espaço limpo."

Cláudio "- Mandando para o 6º DP, dando porrada."

• Cristina "- O ideal seria não usarem."

Leônidas "- A Sra. não vai conseguir fazer todos largarem as drogas."

Cristina "- Como deixar o espaço limpo?"

Josuel "- Cristina, estou dizendo para ti que não uso drogas. Pode perguntar para minha mãe."

Mário "- Enquanto estiver chapado que se retire."

Mário T "- Enquanto não incomodar pode ficar."

Cristina "- É muito difícil para quem está querendo sair das drogas, ficar junto de alguém que esta chapado. Exemplo: vamos pensar nos pequenos e nos novos."

Leônidas "- Não é assim, quando cheguei na rua ninguém me obrigou. Exemplo: o júnior está aqui dentro e não usa nem cigarro e nem drogas."

Eliane pergunta como ficaram as propostas?

Estavamos bastante revoltadas com a atitude da Cristina, entrando depois do horário e desestruturando o grupo, por pouco não levantamos e fomos embora.

Então lemos duas propostas:

1 - As crianças e adolescentes não poderá trazer qualquer tipo de droga para dentro do Albergue. Deixando assim o espaço limpo. Caso contrário o adolescente deverá ser encaminhado para o 6º DP. Mas se o adolescente chegar chapado poderá ficar no Albergue, incomodando a criança ou adolescente deverá ser encaminhada para o 6º DP.

2 - A criança ou o adolescente chegando chapado não poderá entrar no Albergue.

A primeira proposta foi aprovada pela maioria das crianças e adolescentes.

Eliane lê o próximo item das normas: Os maiores brigando com os menores, fazendo cobrança.

Leônidas "- Descobrir o motivo da briga. Os dois pagam."

Osmar "- Fazer faxina."

Mário C. "- Limpar a mesa."

Sandra "- O pessoal do SOS suja tudo e não limpa as mesa."

Ilizabete "- Sandra, qual deveria ser a penalidade quando os maiores batem nos menores, fazendo cobranças e mandando batalhar (pedir dinheiro, cigarros)?"

Sandra "- Cinco dias de faxina, sendo um dia em cada lugar."

Foi lida a proposta, sendo aprovada o seguinte: Os adolescentes que estiverem brigando com as crianças, fazendo cobranças, apurar os fatos e mandar fazer faxina por cinco dias em lugares alternados.

Eliane levanta outro ponto: Desrespeito para com os funcionários.

Sandra "- O respeito deve ser mútuo. Para que não respeitar, castigo."

Júnior "- Os monitores devem ajudar a limpar o refeitório."

Israel "- Respeito mútuo. O menor deve levar medida, faxina."

Cláudio "- Dorme cedo."

Leônidas "- Uma semana de dorme cedo, fazer algum trabalho dentro do Albergue. Quanto ao monitor, a Cristina deve dar alguma advertência."

Ficou aprovada a seguinte proposta: A criança ou adolescente que desrespeitar os funcionários, terá como penalidade 5 dias de "dorme cedo" ou fazer qualquer trabalho dentro do Albergue. Para os funcionários que desrespeitarem as crianças ou adolescentes, a coordenação deverá aplicar advertências.

Outro item: Crianças até 12 anos não podem fumar.

Sandra "- Tirar o cigarro da boca e jogar no lixo. Mandar uma semana dormir cedo."

Ficou aprovada a seguinte norma por unanimidade: É proibido fumar crianças de 0 a 6 anos de idade. Caso a criança venha a usar deverá dormir uma semana cedo.

Item referente a compra e venda de objetos para com os funcionários.

Sandra "- São poucos os funcionários que tratam a gente como criança e adolescente carente e não marginalizam. Como não podemos fazer favores."

Cristina "- Vocês não devem comprar nada para os funcionários. Venda, troca de objetos não é permitido."

Ficou aprovada pela maioria dos adolescentes a seguinte norma: As crianças e adolescentes poderão comprar ou trocar objetos com os funcionários, menos cigarros e bebidas alcoólicas.

Item referente ao namoro dentro do Albergue.

Cristina "- Vocês estão aqui por uma necessidade e ninguém manda nos sentimentos dos outros. Existem outros tipos de relacionamento. Exemplo: homossexual."

Foi feita votação sendo que a maioria votou a favor do namoro dentro do Albergue.

Item referente ao manuseio dos aparelhos eletrônicos.

Cláudio "- Somente quem pode mexer no rádio é o monitor, mas tem que colocar a música que gostamos." A punição será o desligamento do aparelho.

Ficou aprovado que os aparelhos eletrônicos somente poderão ser manuseados pelos funcionários, mas a música e programação será escolha da maioria das crianças e adolescentes. A punição para quem mexer no aparelho é o desligamento do mesmo.

Eliane levanta outro item: entrada de crianças e adolescentes na sala dos educadores e coordenação. Será permitida a entrada de crianças e adolescentes na sala dos educadores e coordenação somente acompanhado por funcionários do Albergue.

Osmar "- Dar o café como favor cobrando mais tarde."

Cristina "- Existe uma situação que ninguém foge é que somos como pai e mãe de vocês."

Osmar "- Depois ficam cobrando em faxina."

Júnior "- No lugar de tirar o café, cinco dias de dorme cedo."

Israel "- Dorme cedo."

João Paulo "- Faxina."

Cristina "- O café não é prêmio e sim uma necessidade, portanto ficará no cardápio do Albergue."

Outro item: não pode fumar dentro do Albergue.

Sandra "- Se o monitor usar temos o direito de usar também."

Leônidas "- Nem adolescentes, nem o monitor."

Osmar "- Nem educador. Fumar somente fora do Albergue."

Outro item: respeitar os horários das refeições (11:30 hs para o almoço).

Sandra "- Antes era 11:30 para crianças e adolescentes e 12:00 hs para funcionários."

Cristina "- Os funcionários deverão almoçar somente quando as crianças e adolescentes tiverem terminado de almoçar."

Ficou aprovada a proposta que as crianças e adolescentes deverão respeitar os horários das refeições e os funcionários deverão almoçar somente quando as crianças e adolescentes tiverem terminado de almoçar.

Mário César "- Poderíamos acordar mais tarde pela manhã. Acordar as 7:00 hs e as 7:20 seria o café. Os que trabalham e estudam acordam antes."

Osmar "- Nos dias de semana os horários poderiam ser os mesmos, somente nos finais de semana acordaríamos mais tarde as 8:00 hs."

Cristina "- A questão é a do plantão diurno."

Foi votado e aprovado que ficaria com está 6:30 e nos finais de semana então às 8:00hs.

João Carlos "- Poderíamos ter cachorro no Albergue e o dono limparia as sujeiras do cachorro."

Isto ficou aprovado pela maioria dos adolescentes.

Outro item: roubo entre os adolescentes.

Leônidas "- Botar na rua."

Cláudio "- Devolver o roubo."

Renato "- Dormir cedo."

Ficou decidido que a punição seria : Devolver o roubo e dormir cedo.

Eliane apresenta outro item: manuseio dos armários.

Osmar "- Comprar armários novos e com fechaduras."

Mário T. "- Deixar a chave pendurada, não pode dar a chave para outro adolescente, somente para o dono."

A maioria concordou com a proposta do adolescente Mário.

Outro item: Empréstimo entre adolescentes.

Foi decidido e votado que pode haver empréstimo, troca e vendas de objetos dentro do Albergue entre os adolescentes.

João Paulo "- Não podemos conversar com ninguém dentro do Albergue."

Cristina explica que por motivos que envolveram os adolescentes em denúncias pelos jornais, dizendo que os adolescentes e educadores estavam envolvidos em tráfico de drogas, ela não acha bom.

Cláudio "- Parentes e amigos não podem visitar a gente?"

Cristina "- Tem adolescentes que saem do Albergue vão para casa dos pais depois voltam para o Albergue ficando sem fazer o que deveriam estar fazendo, que é ir para a escola e trabalhar."

Sandra "- Visitas deve ser somente no sábado e domingo. Durante a semana não dá."

Ficou aprovado pela maioria que as visitas serão somente nos finais de semana.

Foi levantada uma comissão de adolescente para participarem da terceira reunião com a comissão de funcionários, onde serão discutidas novamente as normas comparando e decidindo a partir das propostas de normas levantadas, pelos adolescentes e pelos funcionários. A comissão ficou composta por: Sandra, Leônidas, Osmar, João Paulo, Fernando, Mário Tsukamoto e Israel.

Depois disto encerramos a reunião.

ANEXO 8

NORMAS DO ALBERGUE SANTA RITA DE CÁSSIA

aprovadas em reunião realizada no dia 13/06/96.

- 01 - A criança ou adolescente que destruir qualquer coisa de valor, deverá pagar com descontos no seu salário se estiver trabalhando ou pagar com serviços dentro do Albergue. Dependendo da gravidade do fato ou reincidência deverá ser encaminhado ao 6º DP, Promotoria, Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Juventude.
- 02 - A criança ou adolescente que sair durante a semana, deverá falar com a coordenadora e receber medidas de "dorme-cedo" e faxina durante cinco dias, quando retornar deverá pagar o retroativo.
- 03 - Todas as crianças ou adolescentes deverão estar freqüentando a aula e participando de outra atividade. Não participando da aula, trabalho ou outra atividade não sai durante o final de semana. Deverá ser feita avaliação semanal do comportamento, rendimento e participação nas atividades das crianças e adolescentes para aplicação da medida ou incentivos.
- 04 - As crianças e adolescentes não poderão trazer qualquer tipo de drogas para dentro do Albergue. Deixando o espaço limpo. Caso contrário, a criança ou adolescente deverá ser encaminhado para o 6º DP. Caso a criança ou adolescente chegar bêbado ou "chapado", deverá ser encaminhado para o hospital, e em caso de reincidência comunicar ao 6º DP e à Promotoria para ser encaminhado para outro espaço.
- 05 - As crianças ou adolescentes que desrespeitarem os funcionários deverão prestar trabalho fora do espaço do Albergue. E os funcionários que desrespeitarem as crianças e adolescentes receberão advertência da coordenação.
- 06 - É proibido fumar dentro do Albergue, crianças adolescentes, funcionários em geral ou qualquer pessoa. Sendo que criança de 0 a 12 anos não poderá fumar no espaço que diz respeito ao Albergue. Caso a criança fume, deverá ser tirado o cigarro e terá o castigo de "dorme-cedo" durante uma semana.
- 07 - É proibido fazer negócio, troca, venda ou "favores" entre crianças e adolescentes e funcionários.
- 08 - Os aparelhos eletrônico sómente poderão ser manuseados pelos funcionários, mas com as músicas e programações escolhidas pela maioria das crianças e adolescentes. A punição para quem mexer no aparelho será o desligamento do mesmo.
- 09 - A entrada na sala da coordenação e educadores, somente acompanhado por funcionários do Albergue.
- 10 - As crianças e os adolescentes deverão respeitar os horários das refeições. O Almoço continuará sendo as 11:30 hs para crianças e adolescentes, e para funcionários, quando as crianças e adolescentes tiverem terminado de almoçar. Serão aceitas justificativas para almoçar fora do horário, somente em função da aula e do trabalho.
- 11 - Os adolescentes que estiverem brigando com as crianças, fazendo cobranças ou pedindo para batalhar dinheiro, deverá se apurar os fatos e mandar fazer faxina por cinco dias, sendo um dia em cada local.

- 12 - As crianças e adolescentes deverão acordar às 6:30 hs da manhã, tomar café às 7:20 hs e no final de semana acordarão às 8:00 hs, sendo o café servido pelo plantão diurno.
- 13 - As crianças e adolescentes que praticarem roubo, deverão ser encaminhadas para o 6º DP, não identificando os culpados, todos deverão dormir cedo.
- 14 - Crianças de até 6 anos somente dormirão no Albergue acompanhados pela mãe.
- 15 - As chaves dos armários ficarão penduradas na sala dos educadores e somente terá acesso a mesma, o seu próprio dono.
- 16 - Não é permitido namoro no Albergue.
- 17 - A troca ou venda de objetos entre crianças e adolescentes ficará sob a responsabilidade dos mesmos.
- 18 - Entrada de objetos das crianças e adolescentes, somente com autorização da coordenação ou nota fiscal.
- 19 - Às crianças e adolescentes encaminhadas pelo SOS Criança, Promotoria e Conselho Tutelar, deverá ser estipulado um prazo de sete dias, podendo ser prorrogado mais sete dias sucessivamente.
- 20 - Quem for deitar-se a noite, não pode levantar para assistir televisão.

DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ALBERGADOS

- 01 - As crianças e adolescentes terão direito ao acompanhamento e orientação em caso de problema de saúde.
- 02 - Estímulo e acompanhamento para freqüentar a escola, a iniciativa ao trabalho externo, lazer e cursos profissionalizantes.
- 03 - Terão direito a 5 refeições diárias sendo: café da manhã, almoço, café da tarde, jantar e um lanche antes de dormir.
- 04 - Terão direito a ficar albergados, conforme tempo necessário.
- 05 - As crianças que inscreverem-se em alguma atividade e participarem desta, assiduamente, poderão sair no final de semana, e depois retornar para dormir no Albergue.
- 06 - Poderão receber visitas de amigos e parentes somente nos finais de semana.
- 07 - Poderão atender telefonemas de parentes em primeiro grau.
- 08 - Poderão ter um cachorro, sendo que o mesmo não poderá entrar dentro do Albergue e o seu dono deverá limpar as suas sujeiras.
- 09 - Terão direito a uma reunião em todas as primeiras segundas-feiras do mês, para possíveis reivindicações e avaliação do Albergue.